



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO:
REALIDADE OU MITO EM UM DESTINO MARAJOARA.**

GIRLAINE FERNANDES DE ANDRADE

Brasília-DF
2009



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO:
REALIDADE OU MITO EM UM DESTINO MARAJOARA.**

GIRLAINE FERNANDES DE ANDRADE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional
em Turismo da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Brasília-DF
Junho – 2009

Andrade, Girlaine Fernandes de

Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico: realidade ou mito em um destino marajoara / Girlaine Fernandes de Andrade. – Brasília, 2009.

124 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Mestrado em Turismo, 2009.

Orientador: Jorge Madeira Nogueira.

1. Turismo. 2. Desenvolvimento Socioeconômico. 3. Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. 4. Pólo Turístico do Marajó. I. Nogueira, Jorge Madeira. II. Título

CDU 338.482.2(043)

Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
REALIDADE OU MITO EM UM DESTINO MARAJOARA.**

GIRLAINE FERNANDES DE ANDRADE

Banca Examinadora:

Orientador Prof. Dr. JORGE MADEIRA NOGUEIRA (CET/UnB)

Examinador Prof. Dr. WALDECY RODRIGUES (UFT)

Examinador Prof. Dr. PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO
(CET/UnB)

*“Bem – aventurado o homem que acha
sabedoria, e o homem que adquiri
conhecimento”. Pv 3.13*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre comigo, me proporcionar a realização deste curso e me garantir vitória.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e ensinaram que a educação é o caminho para o sucesso.

Ao Professor Jorge Madeira Nogueira, pela valiosa orientação.

A PARATUR, por ter sido importante instrumento para meu ingresso no Mestrado e por ter feito parte do meu crescimento pessoal e profissional.

A Dr^a Ann Pontes, Presidente da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), que me permitiu conciliar a vida profissional com a vida acadêmica e pela compreensão e estímulo ao crescimento pessoal e profissional de seus funcionários.

A amiga Carla Cruz, companheira desde a segunda semana de trabalho e início da luta pelo Mestrado, a quem muito admiro pela amizade, força e determinação.

A todos os amigos e colegas de trabalho que durante toda essa jornada me sustentaram com orações; me deram ânimo quando desfaleci; me aturaram quando estava nervosa; me deram valiosas idéias quando estava sem inspiração.

A tia Adelina, pelas orações e palavras de ânimo durante todo esse processo.

A família Wanzer, pelo carinho e amor com que me receberam e cuidaram de mim.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

Essa dissertação analisa a influência do turismo no desenvolvimento social e econômico de uma região e a eficácia da criação dos pólos de desenvolvimento turísticos como estratégia para o alcance desse desenvolvimento. Quantifica os efeitos sociais e econômicos do turismo na região amazônica do Marajó através da análise de indicadores socioeconômicos e da implementação de políticas públicas de turismo direcionadas para essa região. Observa-se, ainda, as metas estipuladas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDT-PA) e se as mesmas têm sido alcançadas. Utiliza-se como objeto delimitador da pesquisa o Pólo Turístico do Marajó e faz-se uma comparação entre os municípios de Soure e Salvaterra, considerados prioritários pelo PDT-PA, e os municípios de Chaves, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, municípios circunvizinhos àqueles e não considerados como prioritários para o incremento da atividade turística, embora integrantes do pólo. A eficácia da divisão espacial do turismo em pólos de desenvolvimento será evidenciada por meio dos resultados, positivos ou não, observados em termos de indicadores socioeconômicos das localidades designadas como prioritárias pelo PDT-PA em relação a localidades circunvizinhas e integrantes do pólo. Entre os indicadores, destacam-se os relativos à população, ao PIB, à distribuição de renda e ao incremento do abastecimento de água e energia. Para isso, a análise utiliza como marcos temporais os anos 2000, ano anterior ao estabelecimento do PDT-PA, realizado em 2001, e o ano 2008. Analisa-se a situação socioeconômica desses municípios àquela data e sua situação atual, sete anos após o início das atividades e ações estipuladas no Plano. A presente dissertação se configura em uma pesquisa de caráter interdisciplinar que envolve conceitos advindos tanto da Ciência Econômica quanto do Turismo. Fundamenta-se nas teorias do Desenvolvimento Polarizado e do Desenvolvimento Endógeno para uma análise socioeconômica do Desenvolvimento Regional. Utiliza levantamento de dados secundários e de pesquisa de campo com observação a locais e equipamentos turísticos envolvidos, órgãos públicos e comunidades envolvidas.

Palavras Chave: Turismo. Desenvolvimento Socioeconômico. Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. Pólo Turístico do Marajó.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the influence of tourism on the social and economic development of a region and effectiveness of the creation of centers of tourism development as a strategy to achieve such development. Want to quantify the economic and social effects of tourism in the Amazon region of Marajó through the analysis of the socioeconomic indicators from the implementation of public policies directed to the tourist region classified as a pole of tourism development of Marajó. There is also the targets set by the Tourist Development Plan of Pará (PDT-SP) and if they have been finished. Used delineator is the object of research the Tourist Pole of Marajó and there is a comparison between Soure municipalities and Salvaterra, considered a priority by the PDT-PA, and the cities of Chaves, Santa Cruz of Arari, the Cachoeira of Arari, Ponta de Pedras and Muana, surrounding cities and those not considered as priorities for the development of tourism, although members of the cluster. The effectiveness of the division of space tourism in areas of development will be highlighted through the results, positive or not, seen in terms of socioeconomic indicators of locations designated as priority by the PDT-PA compared to surrounding towns and members of the cluster. Among the indicators, there are those on population, GDP, the distribution of income and the increase in water and energy. For this, the analysis uses the years time as milestones in 2000, the year preceding the establishment of PDT-PA, in 2001 and 2008. Analyzes the socioeconomic situation of the municipalities that date and their current status, seven years after the start of activities and actions stipulated in the Plan. This dissertation was prepared using a methodology descriptive-analytical and is configured in a search of interdisciplinary character involving concepts derived from both economics as Tourism. Is based on the theory of polarized development and Endogenous Development for a socioeconomic analysis of Regional Development. Uses survey of secondary data and field research to observe the local and tourist facilities involved, public agencies and communities involved.

Key - words: Tourism. Socioeconomic development. Tourism development plan of the State of Pará Tourist Pole of Marajó.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Ciclo da oferta e demanda do produto turístico.....	33
Figura 2	Cadeia Produtiva do Turismo.....	34
Figura 3	Mesorregião do Marajó.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Modelo Convencional X Modelo Alternativo.....	32
Tabela 2	Pólos turísticos do Pará e respectivos municípios prioritários.....	53
Tabela 3	Produto/Mercado Pólo Marajó.....	59
Tabela 4	Produto/Mercado Pólo Marajó.....	60
Tabela 5	Síntese dos Programas e Ações.....	61
Tabela 6	Dados Demográficos de Soure, 2000 e 2007.....	72
Tabela 7	Habitantes por Unidades Domiciliares de Soure, 2000 e 2007.....	73
Tabela 8	Número da população com abastecimento de água e energia elétrica em Soure, 2000 e 2007.....	73
Tabela 9	Estabelecimentos Educacionais e Índice de Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, Soure, 2000 e 2006.....	75
Tabela 10	Bibliotecas e Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, Soure, 2000 e 2006.....	76
Tabela 11	Número de estabelecimentos com vínculo empregatício e estoque de empregos segundo Setor de Atividade Econômica, 2000 – 2006.....	77
Tabela 12	IDHM de Soure, 2000.....	78
Tabela 13	Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor, 2000 e 2005.....	79
Tabela 14	Dados Demográficos de Salvaterra, 2000 e 2007.....	82
Tabela 15	Habitantes por Unidades Domiciliares em Salvaterra, 2000 e 2007.....	82
Tabela 16	Número da população com abastecimento de água e energia elétrica em Salvaterra, 2000 e 2007.....	82
Tabela 17	Estabelecimentos Educacionais e Índice de Matrículas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, Salvaterra, 2000 e 2006.....	84
Tabela 18	Bibliotecas e Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, Salvaterra, 2000 e 2006.....	85
Tabela 19	Número de estabelecimentos com vínculo empregatício e estoque de empregos segundo Setor de Atividade Econômica, Salvaterra, 2000 – 2006.....	85
Tabela 20	IDHM de Salvaterra, 2000.....	87
Tabela 21	Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor, 2000 e 2005.....	87

SIGLAS

ASPESQ	– Associação de Pescadores do Pesqueiro
ASMUPESQ	– Associação de Mulheres da Vila de Pesqueiro
CIT	– Centro de Informações Turísticas
EMBRATUR	– Instituto Brasileiro de turismo
FADESP	– Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FOMENTUR	– Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
MRG	– Microrregiões Geográficas
OMT	– Organização Mundial do Turismo
PARATUR	– Companhia Paraense de turismo
PDA	– Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDT	– Plano de Desenvolvimento Turístico
PIB	– Produto Interno Bruto
PNMT	– Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	– Plano Nacional de Turismo
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	– Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR	– Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PTA	– Plano Turístico da Amazônia
RESEX	– Reserva Extrativista
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DO DESENVOLVIMENTO.....	17
--	----

2.1 Desenvolvimento regional.....	17
-----------------------------------	----

2.2 Desenvolvimento polarizado e desenvolvimento endógeno.....	22
--	----

2.3 Turismo e desenvolvimento.....	30
------------------------------------	----

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	41
---	----

CAPÍTULO 4

O PÓLO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MARAJÓ NO CONTEXTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ.....	49
--	----

4.1 Origem e contextualização do Pólo.....	49
--	----

4.2 Indicadores econômicos e sociais para os municípios selecionados.....	65
---	----

4.2.1 Soure.....	72
------------------	----

4.2.2 Salvaterra.....	81
-----------------------	----

4.2.3 Municípios arredores: Chaves, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná.....	89
---	----

4.2.4 Quadro-resumo dos principais indicadores socioeconômicos municipais.....	91
--	----

4.3 Avaliação do pólo turístico como instrumento de desenvolvimento econômico e social	95
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
---------------------------------	-----

APÊNCIDES.....	112
----------------	-----

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O turismo tem sido entendido como uma alternativa viável para o incremento das condições materiais das sociedades que o incentivam. Busca-se, por meio dele, oportunidades de melhoria de qualidade de vida para aqueles que o praticam. Sua cadeia produtiva é longa e diversificada e os seus efeitos multiplicadores podem ser positivos sobre vários agentes. Essa atividade produtiva, tão difundida e desejada como alternativa para o crescimento econômico, parece ter como um de seus principais efeitos o de distribuir os lucros gerados entre os residentes na comunidade receptora. No entanto, para que esse potencial se materialize, as atividades turísticas precisam se desenvolver orientadas por políticas públicas de caráter econômico e social.

Para que o turismo possa atingir esse ideal e contribuir para a redução da pobreza e melhora da qualidade de vida da população, parece ser essencial criar condições para a inserção da comunidade no processo produtivo do turismo. Entretanto, não só benefícios se apresentam como resultado da atividade turística. Impactos negativos também podem ocorrer durante o processo, como a concentração de riquezas, exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental. Para que um verdadeiro processo de desenvolvimento efetivamente ocorra, portanto, é essencial que os efeitos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados. Esse é o grande desafio do turismo.

É sabido que, quando planejada, a atividade turística pode gerar oportunidades de novos negócios, divisas, lucros e desenvolvimento, aqui entendido em seu sentido mais amplo e englobando tanto o quesito econômico quanto o social. Pode promover a difusão e o intercâmbio cultural e possibilita o acesso ao lazer e ao entretenimento.

Entretanto, para que o turismo apresente tais resultados, antes de ser implementado devem os seus gestores observar se o mesmo é viável ou não para aquela localidade. Para isso devem verificar se a localidade dispõe de infra-estrutura adequada para desenvolver o turismo, se existem mercados potenciais e suscetíveis

de serem atraídos pela localidade, se existe mão-de-obra qualificada ou apta a atender as demandas do turismo.

O planejamento adequado da atividade turística pode minimizar ou mesmo evitar muitos impactos negativos advindos com a prática dessa atividade, além de maximizar os efeitos econômicos positivos garantindo um efeito de desenvolvimento. Nesse sentido é que a cada dia os governos têm se esforçado no sentido de encontrar uma política adequada que satisfaça essas condições e ratifique a afirmação que o turismo pode proporcionar desenvolvimento. Com esse fito, o Estado brasileiro tem elaborado estudos, mudado paradigmas e implantado novas políticas de inclusão participativa da sociedade.

A política mais recente de turismo do governo federal está expressa no Plano de Turismo 2007-2010: Uma viagem de inclusão. Nele destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo que tem no tripé turismo, economia e sociedade os seus fundamentos. O sentido de regionalização nessa política não é apenas físico, no ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. Visa construir um ambiente participativo e com a atuação conjunta de todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade, a saber, o poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a comunidade.

Ainda que com um discurso democrático e com vistas ao social, o planejamento da atividade turística tem sido efetuado no Brasil com ênfase nos aspectos econômicos e, via de regra, direcionados ao crescimento em detrimento do desenvolvimento, negligenciando o fim a que se propõe, ou pelo menos em tese deveria ser, os benefícios sociais advindos com o implemento da política.

As políticas públicas tendem a ser materializadas por meio da sistematização de ações expressa na forma de documentos denominados, em geral, de “planos”. Em alguns casos, entretanto, esses planos não são executados. Além disso, alguns planos não contemplam a participação efetiva da população o que acarreta em um comprometimento da elaboração de um plano adequado à realidade social, econômica e cultural do Brasil.

No estado do Pará as políticas públicas e ações específicas para o turismo são relativamente recentes e datam da década de 1970 quando da elaboração do I Plano Turístico da Amazônia (I PTA), bem como da criação da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, como órgão oficial de turismo do estado para o fomento da atividade.

Seu potencial turístico foi observado e ficou evidenciado, principalmente, nas riquezas naturais do estado, considerado portal da Amazônia. Embora o apelo mercadológico utilizado àquela época fosse o quesito natureza, elementos culturais como os eventos religiosos, a gastronomia e o artesanato também são elementos marcantes e associados ao turismo na atualidade.

Entretanto, mesmo o estado do Pará possuindo forte vocação para o turismo, para que se consolide como destino turístico nos mercados nacional e internacional, o planejamento e direcionamento da atividade devem estar pautados em políticas públicas que dotem os municípios envolvidos de condições para o desenvolvimento da atividade, assim como para o conseqüente desenvolvimento da comunidade. Criar infra-estrutura básica e turística, aumentar o fluxo, a permanência e o consumo turístico, além de envolver a comunidade local no processo considerando o aumento de sua qualidade de vida, devem ser elementos de observação prioritária quando da elaboração de políticas públicas para o incremento do turismo.

Esse desafio parece instigar as autoridades turísticas do Estado do Pará, que têm desenvolvido suas políticas no sentido de incrementar e fortalecer o turismo interno enquanto atividade econômica forte e capaz de gerar benefícios sociais e econômicos para a comunidade. Em 2001, o governo estadual, através da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), elaborou o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT-PA) que teve como objetivos diagnosticar a situação atual do turismo no estado, suas carências e oportunidades, assim como estabelecer metas e ações para o incremento da atividade em regiões paraenses.

O PDT-PA utilizou a divisão do estado em pólos de desenvolvimento turístico, e agregou os municípios de características semelhantes em seis grupos, dentre os quais os municípios com maior potencial de atratividade e infra-estrutura adequada foram destacados como sendo de prioridade na execução dos programas e projetos de desenvolvimento. Essa e outras estratégias estabelecidas no plano, bem como demais políticas adotadas posteriormente pelo Estado para o incremento do turismo e desenvolvimento regional a partir dessa atividade, são elencadas e discutidas ao longo da presente pesquisa.

Assim, a proposta desta dissertação é avaliar a influência do turismo no desenvolvimento social e econômico de uma região e a eficácia da criação dos pólos de desenvolvimento turísticos como estratégia para o alcance desse desenvolvimento.

Quantifica-se os efeitos sociais e econômicos do turismo na região amazônica do Marajó por meio da análise dos respectivos indicadores socioeconômicos a partir da implementação de políticas públicas de turismo direcionadas para essa região classificada como pólo de desenvolvimento turístico do Marajó.

Avalia-se se as metas estipuladas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDT-PA) têm sido alcançadas, bem como apresenta um relato quanto à participação efetiva e qualitativa da população local na atividade turística; seu grau de sensibilização quanto ao turismo; a existência de projetos, em âmbito público ou privado, para a inserção da comunidade receptora no processo de desenvolvimento turístico da região; e se as iniciativas pública e privada adotam medidas para a maximização do efeito multiplicador do turismo na localidade.

Utiliza-se como objeto delimitador da pesquisa o Pólo Turístico do Marajó e faz-se uma comparação entre os municípios de Soure e Salvaterra, considerados prioritários pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT-PA), e os municípios de Chaves, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, municípios circunvizinhos àqueles e não considerados como prioritários para o incremento da atividade turística, embora integrantes do pólo.

A eficácia da divisão espacial do turismo em pólos de desenvolvimento será evidenciada nos resultados, positivos ou não, observados em termos de indicadores socioeconômicos das localidades designadas como prioritárias pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT-PA) em relação a localidades geograficamente próximas, mas não caracterizadas como tendo vantagens comparativas turísticas pelo Plano. Entre os indicadores, buscam-se aqueles relativos ao incremento e distribuição de renda, ao incremento do nível educacional e das condições de saúde.

Como marcos temporais da pesquisa serão utilizados os anos 2000, ano anterior ao estabelecimento do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, implementado em 2001, e o ano 2008. Analisa-se a situação socioeconômica desses municípios àquela data e sua situação atual, sete anos após o início das atividades e ações estipuladas no Plano.

A presente dissertação foi elaborada seguindo uma metodologia descritivo-analítica e se configura em uma pesquisa de caráter interdisciplinar que envolve conceitos advindos tanto da Ciência Econômica quanto do Turismo. Com o fito de atingir o respaldo científico que o trabalho exige, buscou-se fundamentar a pesquisa com o levantamento de dados secundários através de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisadora utiliza de forma complementar seu conhecimento empírico adquirido enquanto técnica da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), órgão oficial de turismo do estado do Pará. Nessa função, desenvolveu no período 2006 – 2008 uma série de ações pertinentes a qualificação e divulgação da localidade. Dessa forma, utilizou na metodologia o resultado de observações a locais e equipamentos turísticos envolvidos, bem como consulta a órgãos públicos, iniciativa privada e comunidades envolvidas, constatações obtidas por meio de incursões aos municípios analisados no período em questão.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos além da introdução e das considerações finais. Assim, a fim de contextualizar o leitor em relação à temática a ser desenvolvida, o presente capítulo apresentou considerações acerca dos elementos chave do trabalho como turismo, desenvolvimento, planejamento e políticas públicas. O capítulo dois faz uma

abordagem histórica e conceitual acerca do Desenvolvimento, paradigma que tem sido freqüentemente associado ao turismo. Para tal, aborda questões relativas ao Desenvolvimento Regional, focaliza as discussões nas teorias do Desenvolvimento Polarizado e do Desenvolvimento Endógeno e, por fim, faz uma relação entre Turismo e Desenvolvimento. O capítulo três destaca a importância das Políticas Públicas para o planejamento e conseqüente desenvolvimento do Turismo. O capítulo quatro representa o cerne da pesquisa e apresenta o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Marajó no contexto do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. Nesse sentido, faz um levantamento acerca da origem e da contextualização do pólo, apresenta os indicadores econômicos e sociais dos municípios selecionados para a pesquisa, e realiza-se uma avaliação do Pólo Turístico do Marajó enquanto instrumento de Desenvolvimento Econômico e Social para a região. Por fim são tecidas algumas considerações finais acerca da temática enfatizando-se o não esgotamento da questão para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 2

ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DO DESENVOLVIMENTO

2.1 Desenvolvimento Regional

Conhecendo-se que a origem da Ciência Econômica remonta ao século XVIII e que a mesma é vasta em teorias e conceitos e ricamente referenciada por renomados estudiosos, não se buscará discutir seu cabedal histórico-conceitual neste trabalho. Outrossim, buscar-se-á manter o foco em uma de suas ramificações, a Economia Regional, mais precisamente no que tange à temática do Desenvolvimento.

Vertente da Ciência Econômica, a Economia Regional se evidenciou no pós II Guerra Mundial com o aumento das disparidades regionais, sendo que o surgimento e consolidação de seu arcabouço conceitual no âmbito dos estudos econômicos e da teoria econômica geral se deu, particularmente, na década de 1950 (FERREIRA, 1989, p. 45).

Nesse contexto de desigualdades, o fator espaço passa a ser considerado importante elemento a ser observado nos modelos econômicos existentes frente às crescentes desigualdades regionais na renda per capita. Segundo Souza (1981), aliado a esse fato, também contribuiu para o advento do interesse pela Economia Regional, o crescimento explosivo das cidades, das migrações rurais/ urbanas e intra-urbana, bem como da concentração da atividade econômica e dos desequilíbrios regionais daí resultantes. O espaço, o Homem e suas relações sociais, culturais e econômicas passam a ser objeto de análise dessa vertente.

Ferreira (1989, p. 48) ratifica, citando Dubey(6:3-8), que a Economia Regional, do ponto de vista da Economia é o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, com ênfase particular na aplicação ao planejamento dos investimentos em capital social básico, para mitigar os problemas sociais criados por essas circunstâncias.

A Economia Regional compreende, portanto, e segundo Souza (1981): a introdução do elemento espaço na análise econômica; o estudo de problemas localizados e que envolvem separação espacial, tais como: a estrutura dos parques industriais locais e regionais; os meios de comunicação entre dois ou mais centros urbanos; o problema do emprego rural e urbano; as finanças municipais e regionais; o aproveitamento racional dos recursos naturais locais; os impactos de investimentos em determinadas indústrias sobre o emprego, as demais atividades industriais, as finanças públicas, etc.

Sob a perspectiva da Economia Regional, o desenvolvimento de uma região, está diretamente relacionado à organização social desse espaço e depende de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais para que possa produzir o passo qualitativo do crescimento econômico ao desenvolvimento.

Boisier (1989, p. 614) afirma que sem a presença destes elementos poder-se-á gerar, de todos os modos, um processo de crescimento econômico agregado na região, porém não se produzirá o passo qualitativo do crescimento ao desenvolvimento.

Mas afinal, o que vem a ser desenvolvimento?

A terminologia “desenvolvimento” e suas teorias, assim como a Economia Regional, só começam a ser difundidas no âmbito das Ciências Econômicas no período do pós II Guerra Mundial. Os Estados Unidos, vencedores, se apresentam como nação hegemônica em detrimento a uma Europa destruída e introduzem os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Segundo Coriolano (2003, p.162) a bandeira do desenvolvimento é levantada em 1949 quando da posse do presidente Truman, anunciando a era do desenvolvimento, com forte apelo para que todas as nações sigam seus passos.

Nesse contexto, o significado de desenvolvimento se restringia a produção e acúmulo de riquezas, ou seja, reduzia-se ao “simples” crescimento econômico adotado na esfera econômica. Os aspectos sociais, que atualmente conferem ao

desenvolvimento um *status* de fenômeno macro e centrado no Homem, só foram introduzidos em 1962 por recomendação do Conselho Econômico das Nações Unidas. Esse conselho entendeu que desenvolvimento deveria implicar em mudanças qualitativas e não apenas quantitativas. Mudanças em âmbito social, econômico e cultural deveriam ser observadas, pois só com mudanças integradas nessas três esferas seria possível obter melhoria na qualidade de vida da população, cerne das propostas de ações da primeira década de desenvolvimento da ONU.

Embora a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico seja relativamente simples e as discussões acerca da aplicabilidade desses termos já existam há seis décadas, ainda é freqüente a confusão entre eles. Em muitos casos, ainda têm sido considerados como sinônimos e não como elementos independentes e complementares.

Assim, com a finalidade de deixar clara a diferença entre esses termos, ratifica-se que crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade desse crescimento (GREMAUD, 2006, p. 80). A idéia de desenvolvimento econômico está associada, pois, às condições de vida da população, à sua qualidade de vida.

O conceito de desenvolvimento é mais abrangente e refere-se também a uma série de mudanças estruturais de caráter econômico, social e cultural implicando em uma situação de crescente inclusão social, tanto na apropriação de resultados da atividade econômica como em processos tipicamente políticos.

A diferença de significados entre os termos crescimento e desenvolvimento econômico é apresentada por Kindleberger (1976, p. 01) por meio de uma analogia com o ser humano. Ele afirma que enfatizar o crescimento significa focalizar a altura e peso, enquanto enfatizar o desenvolvimento é dirigir a atenção para a capacidade

funcional, para a coordenação motora, por exemplo, ou para a capacidade de aprender. Assim, tem-se que, embora não sejam sinônimos, como muitas vezes aparecem empregados, crescimento e desenvolvimento se complementam.

Boisier (1989, p. 616) considera o processo de desenvolvimento regional como sendo a internalização do crescimento e, em consequência, de natureza essencialmente endógena. Sendo de natureza endógena, é evidente a relevância de fatores outros como determinantes do desenvolvimento econômico como as condições sócio-culturais. O indivíduo e seu ambiente, via sua estrutura familiar, estrutura de classe, relações raciais, religiões, diferenças urbano-rurais, contribuem para a diversidade e diferenciação no processo de desenvolvimento ocorrido entre regiões diversas de um mesmo espaço.

A terra, o capital, a qualidade e quantidade de trabalho e a tecnologia empregada são alguns elementos que devem ser observados ao se pensar em desenvolvimento. Aliás, como se pode abstrair de Kindleberger (1976), pensar o desenvolvimento é pensar uma teia de relações e elementos que devem ser considerados tanto de forma isolada quanto em conjunto e conhecer-se que, em todo o caso, não existe uma fórmula única para se atingir o nível desejado de desenvolvimento. Assim também, buscar estabelecer uma única teoria do crescimento ou uma variável dominante se constituiria em um fato simplista demais.

O desenvolvimento de uma sociedade, conforme assinala Dall'acqua (2003, p.22), é, pois regido por quatro subprocessos que estão intimamente interligados: o econômico, o social, o cultural e o político-administrativo. Embora esses elementos se apresentem de forma tão interligada, cada um deles possui uma espacialidade própria e deve ser considerado parte a parte para que se possa compreender melhor o processo.

A ênfase, neste estudo, se dará nos eixos econômico e social a partir das políticas públicas de turismo para a região do Arquipélago do Marajó, Pará. Para tanto, faz-se interessante apresentar, sem o intuito de esgotar o assunto, a questão do espaço no âmbito do Desenvolvimento Regional.

Sem a pretensão de discutir conceitos referentes a território, espaço e região, termos ainda na atualidade motivo de divergência entre economistas, geógrafos e sociólogos, vale apresentar, para efeitos deste estudo, a idéia de espaços econômicos estabelecida por François Perroux.

A fim de elaborar esse conceito, Perroux parte da constatação de que, na matemática, a noção restrita de espaço euclidiano como uma relação entre continente (que contém) e conteúdo (que é contido) foi abandonada em favor da noção mais ampla de espaço abstrato, constituído de um conjunto de relações definidoras de um certo objeto (CLEMENTE, 2000, p. 13).

A noção de espaço econômico para Perroux está diretamente relacionada às atividades humanas e suas relações sobre o espaço geográfico com a finalidade de sobrevivência e conforto. Portanto, os espaços econômicos são espaços abstratos constituídos por relações de natureza econômica, como produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração (CLEMENTE, 2000, p. 13).

O conceito de espaço econômico foi considerado por Perroux de três diferentes formas: espaço econômico como conteúdo de um plano (espaço de planejamento), espaço econômico como campo de forças (espaço polarizado) e espaço econômico como conjunto homogêneo (espaço homogêneo). Embora independentes, em alguns momentos, esses três espaços se encontram e se relacionam, principalmente, o polarizado e o homogêneo em relação ao de planejamento, que pode os englobar.

Para efeitos de fundamentação desta pesquisa, entretanto, das três vertentes apresentadas, dar-se-á ênfase ao espaço polarizado em detrimento dos demais, uma vez que essa vertente serviu de base para a estruturação da teoria dos Pólos de Desenvolvimento Turísticos, foco deste trabalho, como se pode constatar nos capítulos que se seguem.

2.2 Desenvolvimento Polarizado e Desenvolvimento Endógeno

Objetivando-se entender a política atual de planejamento para o incremento do turismo enquanto atividade econômica e seus possíveis efeitos no desenvolvimento socioeconômico da região onde é implementado, deve-se buscar conhecer as teorias econômicas que fundamentaram as concepções atuais de seu planejamento. Assim, trabalhar-se-á os conceitos e modelos que representam marcos bem característicos na evolução da estrutura conceitual que enquadra o turismo na economia e no desenvolvimento regional, a saber: a teoria dos pólos de crescimento e do desenvolvimento endógeno.

François Perroux, na década de 1950, foi o pioneiro nas discussões acerca de desenvolvimento através de pólos de crescimento. A idéia de pólo de crescimento está diretamente relacionada à idéia de produção industrial e da relação insumo-produto. Entretanto, sua adaptação ao turismo, ou a qualquer outra atividade econômica que vise o desenvolvimento econômico regional, pode ser realizada. Isso porque, tanto para o setor de serviços quanto para o setor industrial, o desenvolvimento só será alcançado pela mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a região base da atividade a ser desenvolvida.

Perroux (1977) afirma que o crescimento não surge em todo lugar ao mesmo tempo; ele se manifesta em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis; ele se transmite por meio de diversos canais e com efeitos finais variáveis para o conjunto da economia. Sua teoria defende a existência de uma indústria motriz que movimenta a economia da região que a envolve. Ele afirma que novas firmas são criadas para abastecer a unidade motriz, ou para aproveitar como insumos os produtos que ela lançou no mercado e que novos investimentos são realizados através das polarizações tecnológica, geográfica e pelas rendas (SOUZA, 2006).

Silva (2004, p. 68) complementa que a indústria motriz, atuando para obter matérias-primas, atrair mão-de-obra e produzir, funciona como agente de dinamização da vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração populacional, o que estimulará o desenvolvimento de atividades

primárias fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e desenvolvendo a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno. Para ele, este complexo industrial apresenta como principais características: presença de uma indústria-chave; regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes; aglomeração territorial.

Observa-se nesse contexto a importância do espaço econômico de um país para a teoria dos pólos de crescimento. Esse espaço não está necessariamente contido em seu espaço geográfico, podendo este ainda se subdividir. Andrade (1987, apud SILVA, 2004, p. 72) destaca que, sob essa perspectiva, existe uma hierarquia entre os pólos, abrangendo seis tipos: internacionais, nacionais, macrorregionais, regionais, sub-regionais e locais.

A idéia defendida por Perroux deixa implícita a importância da existência e da participação de dois elementos, também imprescindíveis para o turismo: a ação do empresário inovador, que conduz a atividade motriz rumo ao sucesso, desencadeando em seu meio a motricidade que impulsiona a economia ao crescimento econômico, e a infra-estrutura local.

Perroux distingue o significado dos termos crescimento e desenvolvimento econômico. Para ele, o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global. O crescimento, porém, existe apenas quando há um aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda per capita (ANDRADE, 1987, p. 59).

Em contrapartida à teoria da polarização, surge na década de 1980, a teoria do desenvolvimento endógeno que se propõe a atender as necessidades e as demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Pode ser visto como um processo de crescimento econômico de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento e ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias

externa e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 39, 41, 57).

Essas transformações em nível de teorias e políticas de desenvolvimento regional se deram, principalmente, em função das modificações ocorridas nos processos produtivos desde os anos 80, aliadas ao persistente declínio de regiões fortemente industrializadas, e à rápida ascensão econômica de novas regiões. Os desequilíbrios regionais preexistentes e estes, agora advindos da reorganização produtiva internacional, passaram a ser basicamente estudados sob a ótica da sustentabilidade e da endogenia.

Na década de 1990, a principal questão relacionada ao modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava tanto entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispendo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região. (SOUZA FILHO).

Os conceitos e idéias referentes ao desenvolvimento endógeno, então, se tornam cada vez mais consistentes, embora ainda sejam muito recentes e ainda apresentem uma série de divergências entre autores, principalmente no que diz respeito à sua aplicabilidade prática advindas, entre outros fatores, de questões relativas à utilização do capital social e da solidariedade necessária para sua efetivação.

Em uma sociedade cada vez mais individualista, entretanto, Souza filho destaca que essa fragilidade da solidariedade humana não se constitui no único entrave às políticas de apoio a cooperação necessárias ao pleno desenvolvimento do modelo endógeno de desenvolvimento. Mesmo um de seus grandes defensores, Robert Putnam (1995), evidencia, a crescente retração das práticas participativas, do engajamento cívico e do trabalho associativo na sociedade civil. Fornecendo uma série de exemplos, o autor expõe a tendência bastante acentuada do crescimento do individualismo e do declínio do capital social. (SOUZA FILHO).

Nesse cenário de estudos e de busca a respostas a essa nova realidade econômica de intensas diferenças regionais, o paradigma conhecido como desenvolvimento endógeno ocorre em função da convergência de duas linhas de pesquisa: a teoria territorial do desenvolvimento e a teoria da industrialização endógena. A primeira, de caráter teórico, buscava encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da atuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas. A segunda, de caráter empírico, surgiu em decorrência da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do Sul da Europa¹ (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 38).

Amaral Filho, por sua vez, apresenta o desenvolvimento endógeno como sendo:

Um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Em todo o caso, o conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 57).

Assim, a contribuição da teoria endogenista tem sido identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores

¹ Para maiores informações acerca das duas vertentes, consultar Friedmann, Douglas, 1978; Storhr, 1981; e, Becattini, 1979; Fuá, 1983; Garofoli, 1983, respectivamente.

condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. (SOUZA FILHO).

Complementarmente, analistas dos problemas de regiões que acumularam um grande atraso econômico ou que perderam seu dinamismo, como Celso Furtado e Sergio Boisier, estão convencidos que o desenvolvimento não se limita à expansão da capacidade produtiva, mas da participação social e da utilização do capital intangível existente na região.

Nesse sentido, Celso Furtado afirma que:

O verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização das forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los (CELSE FURTADO apud HADDAD, 2001, p. 11).

Esse pensamento vai ao encontro das idéias defendidas por Sergio Boisier que tem defendido ser o desenvolvimento de uma região resultado da capacidade de organização social e política da região para modelar o seu próprio futuro. A esse processo ele chama Desenvolvimento Regional Endógeno. Segundo esse paradigma essa transformação da realidade econômica a partir do social considera a existência e utilização de capitais outros que não apenas o financeiro, mas também o Institucional, o Humano, o Cívico, o Social, o Sinérgico, o Cultural, o Cognitivo e o Simbólico, capitais denominados de Intangíveis. (HADDAD, 2001, p. 11).

A teoria do desenvolvimento endógeno converge, então, para um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo. O território é um grande agente de transformação e não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p.39).

As teorias territoriais do desenvolvimento enfatizam a superioridade estratégica das pequenas firmas. Não obstante, o determinante para o crescimento econômico não reside no tamanho das unidades produtivas e sim na formação de sistemas de empresas – de redes de empresas - que permitam obter economias de escala e de escopo e reduzir os custos de transação. Estes são os traços que caracterizam também as grandes unidades produtivas (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 51).

A respeito da importância dos recursos locais, deve ser assinalado que, nos processos de crescimento e transformação estrutural, a origem dos recursos não é determinante. Na verdade, o normal é uma combinação de fatores locais e externos. O que define efetivamente os processos de desenvolvimento endógeno é a capacidade da comunidade local de controlar as mudanças ocorridas em uma localidade ou região. Quando tal é o caso, o território não se mostra um receptor passivo das ações das grandes empresas e das organizações externas, posto que, ao contar com uma estratégia própria, está em condições de influenciar a dinâmica econômica local (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 51).

Entretanto, para que uma região ou localidade tenha condições de criar um processo dinâmico de endogeneização do excedente econômico local, e para atrair excedentes de outras regiões, provocando assim a ampliação das atividades econômicas, do emprego e da renda, a mesma deve estar munida de um aparato estrutural oferecido, principalmente, pelo Estado. A política de investimento em capital físico ou, mais precisamente, em infra-estrutura, é importante para uma região ou para uma economia, por criar condições favoráveis à formação de aglomerações de atividades mercantis, além de criar externalidades para o capital privado, como redução dos custos de transação, de produção e de transporte; acesso a mercados, entre outros. (AMARAL FILHO, 2001, p. 271).

Nesse sentido, Amaral Filho (2001, p.278) enfatiza que:

Uma estratégia de desenvolvimento com base nos novos paradigmas tem por objetivo munir um determinado local, ou região, de fatores locais capazes de criar um pólo dinâmico de crescimento com variados efeitos multiplicadores, os quais se auto-reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região num atrator de fatores e de

novas atividades econômicas. Para isso, recomenda-se a implantação ou o desenvolvimento de projetos econômicos de caráter estruturante, que envolva uma cadeia de atividades interligadas (AMARAL FILHO, 2001, p.278)

Fazendo-se um paralelo entre a política regional tradicional e a nova política de desenvolvimento endógeno, tem-se que a política tradicional tinha uma visão baseada no modelo de crescimento concentrado e propunha influir sobre a distribuição territorial da atividade produtiva mediante o uso de recursos externos à área que era objeto de ajuda. A nova política de desenvolvimento altera o enfoque e pretende superar os desequilíbrios que demonstrem potencialidades de desenvolvimento competitivo (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 208).

De outra forma, o modelo de desenvolvimento endógeno pode ser definido como desenvolvimento realizado de *baixo para cima*, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um desenvolvimento de *cima para baixo*, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional. (AMARAL FILHO, 1996, p. 38). Conforme ratifica Haddad (2001, p 06) a ênfase maior está, pois, na mobilização de recursos latentes na região, privilegiando-se o esforço, de dentro para fora, na promoção do desenvolvimento da região. Vale ressaltar, entretanto, que embora com aparente diminuição da participação, o Estado não deve se afastar do processo, mas criar condições e orientar os seus entes federados para que alcancem condições de desenvolver o potencial peculiar existente em cada localidade.

Assim, o desenvolvimento endógeno deve se abastecer em três fontes alternativas às de natureza puramente fiscal: novo papel do Estado federado; estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo; e, valorização dos novos fatores de produção. (AMARAL FILHO, 1996, p. 46). Embora esses três fatores sejam relevantes para o estudo da teoria do desenvolvimento endógeno, para efeitos deste estudo não serão aprofundados.

Em meio aos estudos referentes ao desenvolvimento endógeno, no contexto de disparidades econômicas e sociais que se tem desenvolvido entre as diversas

regiões de um mesmo espaço, e na tentativa de minimizar os efeitos da desigualdade, o turismo tem despontado como importante atividade econômica para o desenvolvimento regional.

Amaral Filho (2001, p. 278) já apresenta essa alternativa desde 2001 quando afirma que, dependendo da situação, o segmento do turismo pode ser uma das inúmeras opções que se aproximam do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado, na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional, a saber:

(i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e de médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) indústria limpa; (vi) globalização da economia local por meio do fluxo de valores e de informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito trade-off em relação ao crescimento da economia local, pelo contrário (AMARAL FILHO, 2001, p. 278).

Por outro lado, esse tipo de atividade tem outra vantagem: a de possibilitar a transformação de “fatores dados” em “fatores dinâmicos”, diminuindo, em muito, os custos de criação e de implantação que envolvem qualquer projeto novo de desenvolvimento. (AMARAL FILHO, 2001, p. 278)

A atividade turística, assim como a prática da endogenia, possui como uma de suas características a necessidade de flexibilização e adequação de suas práticas ao contexto de cada região. Não é interessante aplicar modelos fechados em regiões com características e movimentos próprios, sob pena de se esgotar as possibilidades outrora eficientes se aplicadas de forma flexível.

Assim é que Amaral Filho (1996, p. 47) afirma que a forma e a composição do desenvolvimento endógeno devem variar de região para região, ou de local para local, e dependem das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevalentes nos respectivos espaços.

Os projetos de desenvolvimento, então, podem estar ligados a algum tipo de vocação da região, como a existência de atividades típicas ou históricas, ou a

alguma atividade econômica criada pelo planejamento em virtude da vontade política das lideranças locais ou regionais. (AMARAL FILHO, 2001, p. 278).

Inserido nesse contexto, o turismo conjuga-se de forma direta com as questões e alternativas pertinentes ao desenvolvimento, e deve ser tratado de forma mais pormenorizada conforme se pode observar a seguir.

2.3 Turismo e Desenvolvimento

O turismo, atividade que tem despontado como alternativa para o desenvolvimento econômico das localidades que o implementam, tem em seu delineamento conceitual a característica de gerar tanto crescimento quanto desenvolvimento econômico. Potencial gerador de divisas, emprego e aumento de renda, contribui para o crescimento do PIB, fato que se traduz em crescimento econômico, assim como também pode contribuir para uma melhor qualidade de vida da população receptora que, empregada e com melhores salários, poderá usufruir o turismo, enquanto opção de lazer, além de se beneficiar dos equipamentos e da infra-estrutura gerada ou beneficiada para atender aos turistas. Isso tudo se configura em melhora da qualidade de vida.

Essa afirmativa é controversa, uma vez que, conforme é conhecido, o turismo também se configura como uma atividade excludente, não compondo a cesta de consumo dos pobres², embora estes se beneficiem do consumo dos ricos através dos postos de trabalho gerados para atender a essa demanda. Como essa mão de obra, em geral, é mal qualificada, compromete o desenvolvimento da atividade que, em geral, é de elevado custo e requer serviços de qualidade. Esse fato pode gerar um efeito oposto ao previsto para o desenvolvimento com declínio da atividade, desemprego e saída de divisas através dos turistas que preferem procurar destinos de menor custo e com melhor qualidade de serviços.

² Considera-se neste estudo, para efeitos de identificação e delimitação entre ricos e pobres, a classificação adotada por Takasago e Mollo, 2008.

As controvérsias apresentadas, entretanto, não diminuíram a expectativa do turismo enquanto atividade econômica viável e, embora já se desenvolva desde a Antiguidade enquanto movimento sócio-cultural, foi a partir dos anos de 1950 que foram apresentadas as influências e possibilidades da economia do turismo, que passou a ser utilizado como um plano integrado de desenvolvimento por países como França, Itália, Espanha, entre outros, para a reestruturação urbana, desenvolvimento do sistema de transporte e fortalecimento do setor privado através de geração de empregos e crescimento da economia (ELLIOT, MANN, 2005, p.1).

Entretanto, como não existe uma definição clara acerca da atividade turística no contexto econômico, torna-se difícil definir os limites do que venha a ser, ou não, fruto do turismo, o qual se configura em um emaranhado de atividades oriundas dos diversos setores econômicos para a consolidação de um produto: o produto turístico.

Apesar dessa dificuldade, sob o ponto de vista da ciência econômica, o turismo tem sido analisado através de duas vertentes: sob a ótica da “produção turística”, com foco na oferta; e sob a ótica dos “gastos / consumos turísticos”, com foco na demanda.³

A Organização Mundial do Turismo – OMT e demais instituições governamentais relativas ao turismo têm desenvolvido seus marcos conceituais sob o enfoque da demanda. Em contrapartida, autores como Munõz de Escalona (1991) e Jaén Ávila (1999) defendem uma análise do turismo sob o enfoque da oferta. Munõz de Escalona define essas duas vertentes como “Teoria Econômica Convencional do Turismo ou Teoria Clássica”, e “Modelo Alternativo da Oferta”, respectivamente. A primeira com base nos preceitos da macroeconomia; a segunda, da microeconomia.

Uma terceira perspectiva tem surgido no meio acadêmico econômico em relação ao turismo: o enfoque nos aspectos mesoeconômicos. Essa proposta tem sido defendida por Barroso González e Flores Ruiz (2005), os quais afirmam que

³ Para aprofundamento dessa discussão, conferir os trabalhos de Francisco Muñoz de Escalona (1991) e Elies Furió Blasco (1994).

No contexto da política econômica geral, a política turística não pode se caracterizar nem como uma política setorial vertical – enfoque de oferta, nem como uma política setorial de corte horizontal – enfoque de demanda, mas sim como uma política de *cluster* que tem como centro de análise e de atuação o território como realidade socioeconômica (SILVA, 2007, p. 31).

Embora não se tenha como objetivo o aprofundamento conceitual em relação a essas teorias, vale ressaltar que essa última vertente, a do “Enfoque do Desenvolvimento Econômico por meio de Enlaces”, contribuição de Furió Blasco (1994), tem adquirido espaço principalmente para a elaboração de políticas públicas pelos órgãos oficiais de turismo. Entretanto, ainda é o modelo convencional de turismo o de maior utilidade para orientar as atuações do setor público em função do seu caráter claramente macro e territorial. A vertente do enfoque por enlaces pode ser considerada um elo entre o modelo convencional e o modelo alternativo de análise econômica do turismo.

Uma síntese dos preceitos elencados por esses dois modelos pode ser apresentada conforme a tabela 01, a seguir:

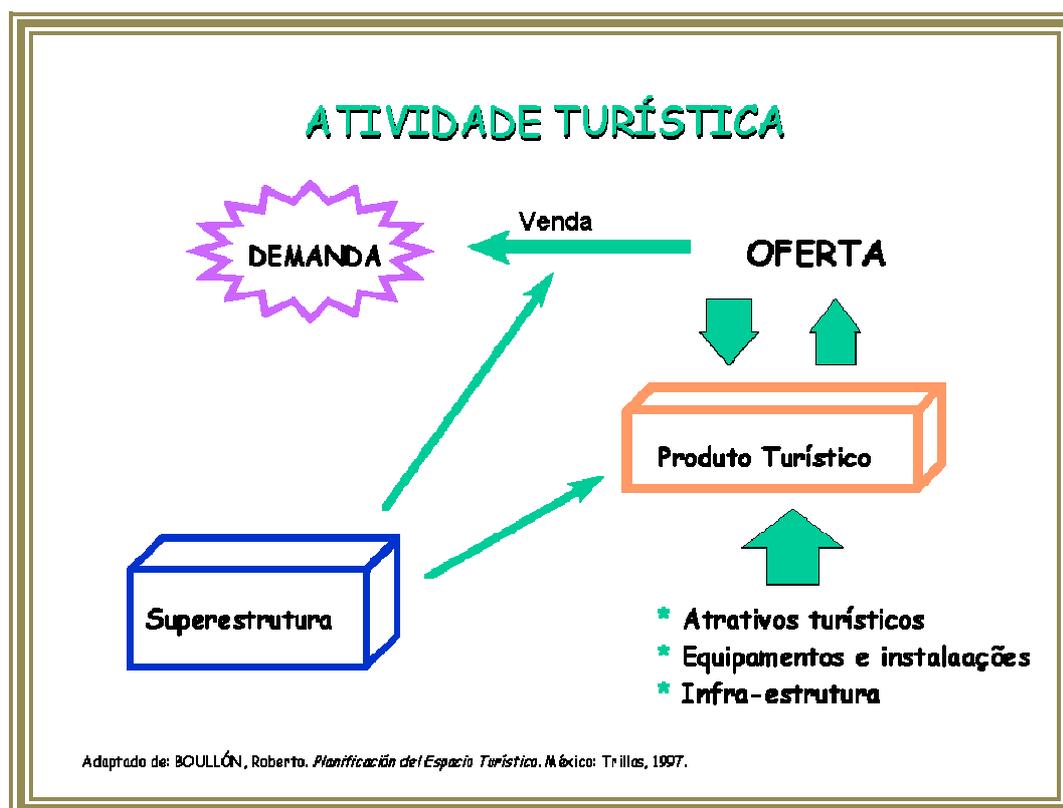
Tabela 01 - Modelo Convencional X Modelo Alternativo

MODELO CONVENCIONAL	MODELO ALTERNATIVO
<i>Natureza Sociológica e Geográfica</i>	Natureza econômica
<i>Enfoque de demanda</i>	Enfoque de oferta
<i>Caráter macro</i>	Caráter micro
<i>Conjunto heterogêneo e atomizado de bens e serviços</i>	Produto único obtido através da transformação de outros produtos

Fonte: Adaptado de SILVA, 2007, p. 28.

Para efeitos desta pesquisa, seguir-se-á a vertente defendida pela OMT e ainda adotada pelo setor público para elaboração de suas políticas: a Teoria Convencional, que analisa o turismo a partir de sua demanda. Contudo, não se pode deixar de destacar que para uma análise completa e coerente da atividade turística, deve-se buscar observar o seu funcionamento considerando-se que a comercialização de qualquer produto é resultado de um ciclo que perpassa tanto a oferta como a demanda, conforme se observa na figura 01:

Figura 01 - Ciclo da oferta e demanda do produto turístico



Fonte: Dantas, 1999 (<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/dantas/index.htm>).

A figura 01 representa o funcionamento do sistema turístico e é uma adaptação de Dantas (1999) a partir do modelo da oferta e demanda de Roberto Boullón (1997) e da proposta do sistema de turismo – SISTUR, de Mário Beni (1998).

Ao se analisar o turismo, deve-se conhecer *a priori* a estrutura do produto turístico, que só é passível de consolidação por intermédio de um composto de atividades e serviços advindos de outros setores da economia. Os principais elementos que compõem o produto turístico estão relacionados ao alojamento, à alimentação e às bebidas, aos transportes, às aquisições de produtos locais, às visitas e aos divertimentos.

Esses elementos, embora sejam essenciais para a realização do turismo, não tem na atividade turística sua base de produção, mas na indústria da construção, na atividade agrícola, na indústria alimentícia, no setor de serviços e no artesanato. Os gastos dos turistas nesses bens derivados acarretam no aumento de recursos oriundos do aumento na demanda da economia local.

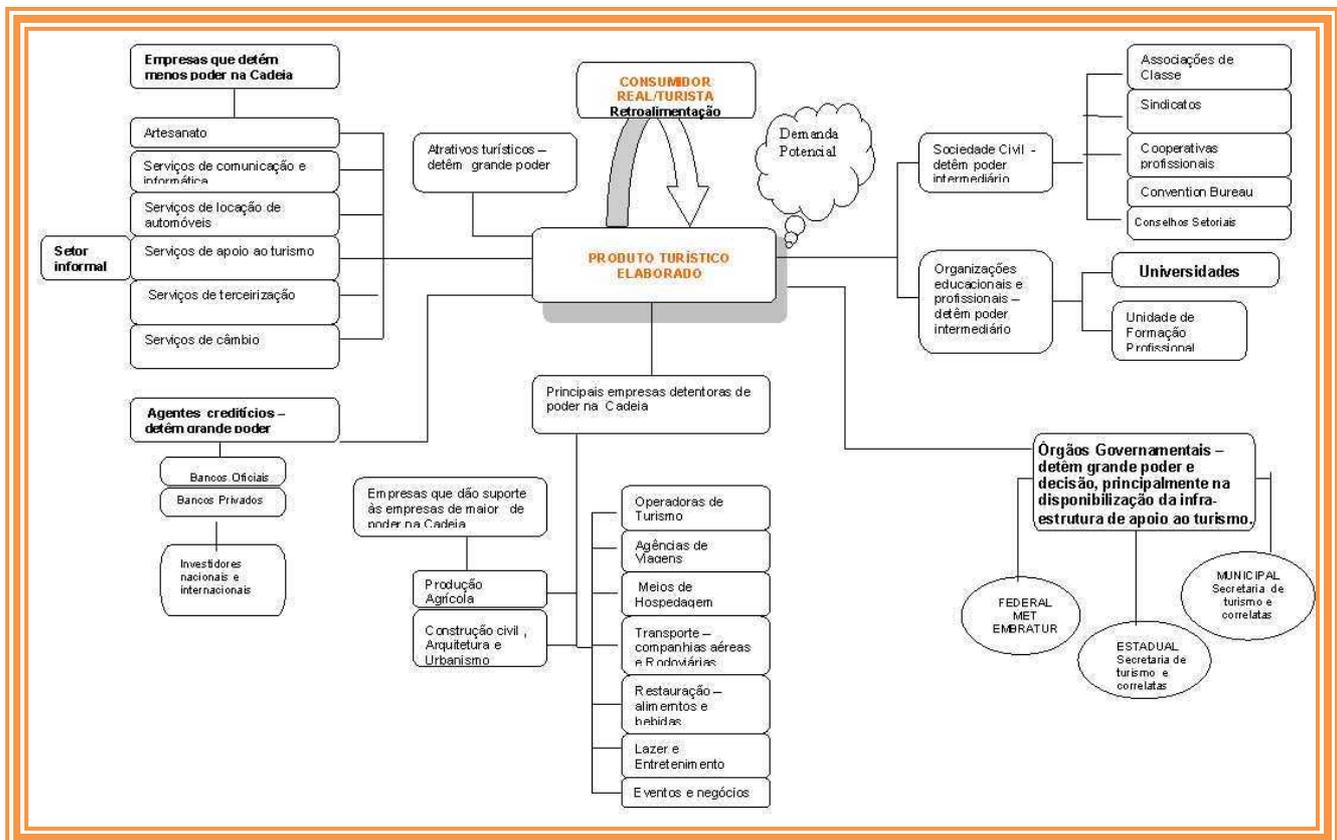
Este conglomerado de atividades permite a formatação do produto turístico, que na sua fase final é atividade produtiva de serviços. Deste modo, os bens naturais e culturais, originalmente bens livres, tornam-se bens diretamente produtivos, participando do processo geral de expansão da economia.

A esse respeito, Silva (2004, p. 263) sintetiza que

O turismo, portanto, representa um conjunto de atividades produtivas, no qual os serviços têm um caráter prevalente, que interessam a todos os setores econômicos de uma país ou uma região, se caracterizando por possuir uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva (SILVA, 2004, p. 263).

A relação do turismo com as diversas atividades e setores pode ser visualizada através da Figura 02, que representa a cadeia produtiva do turismo de forma clara e concisa.

Figura 02 - Cadeia Produtiva do Turismo



A partir da Figura 02, pode-se observar que a cadeia é composta por elementos que exercem grande, intermediário e menor poder na cadeia produtiva. Os atrativos turísticos se destacam como elementos de grande poder, uma vez que, em geral, são os que impulsionam a demanda a se deslocar a determinada localidade e consumir determinado produto. Podem ser tanto atrativos naturais quanto atrativos culturais.

Em relação às empresas que estão diretamente relacionadas à atividade turística, e as que mais se beneficiam com a comercialização do produto turístico, se destacam as operadoras turísticas, as agências de viagem, os meios de hospedagem, os serviços de alimentos e bebidas, os equipamentos de lazer e entretenimento e o setor de eventos e negócios.

Vale destacar a importância das instituições creditícias e instituições governamentais, responsáveis, respectivamente, pelo crédito aos investimentos no setor, e ao fomento da atividade.

Em escala intermediária se encontram a sociedade civil e as instituições educacionais. E, em menor escala, o setor informal, através do artesanato, dos serviços de comunicação, de câmbio, de locação de automóveis entre outros.

Entretanto, embora essa inter-relação aponte para um efeito positivo do turismo para a economia, com conseqüente desenvolvimento, Silva (2004, p.22) adverte que essa realidade não se aplica para todas as regiões e situações. Ele afirma que para regiões deprimidas economicamente a atividade turística, por si só, não reúne condições de promover o desenvolvimento econômico regional, embora possa atuar como indutora de crescimento econômico:

Em essência, não é o turismo que fomenta o desenvolvimento de uma região atrasada, mas sim é o próprio nível de desenvolvimento dessa região que converte o turismo em uma atividade favorável ou não a este processo. Ao abordar-se a relação turismo e desenvolvimento, um aspecto relevante a analisar é o grau de debilidade econômica de uma região ou de um município considerado turístico, pois quanto mais ou menos deprimido economicamente ela ou ele for, o turismo irá se inserir no contexto socioeconômico cumprindo funções de distintos matizes e alcances: como **atividade dominante**, como **atividade estruturante**, como **atividade complementar** ou como **atividade residual** [grifo nosso], dependendo de

onde se localizem as atividades turísticas e da importância que estas assumem na economia da região ou do município (SILVA, 2004, p. 446).

Diante dessa realidade, e para que o turismo se insira como atividade potencializadora de desenvolvimento para uma região economicamente deprimida, é necessário que deficiências estruturais desse tipo de cenário sejam superadas. Infra-estrutura básica e turística deficitária, ambiente de pobreza, comprometimento dos atrativos histórico-culturais, escassez de espírito empreendedor e renda local baixa para viabilizar o turismo em escala econômica são alguns elementos que devem ser considerados.

Sendo atividade econômica, e para se calcular o nível de influência do turismo para o crescimento econômico e possível desenvolvimento, deve-se observar o índice de produtividade da atividade. Medir a produtividade traduz-se em determinar uma relação entre o número de outputs (saídas ou resultados) e o número de inputs (entradas – matérias-primas, insumos) de determinado processo. Para Silva (2004, p. 31), os ganhos de produtividade estão na origem do processo de desenvolvimento econômico.

Essa capacidade de gerar fluxos e oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico reside em seu potencial efeito multiplicador, um dos seus principais impactos econômicos, que se configura na capacidade e intensidade por meio do qual o dinheiro gasto pelos visitantes permanece na região de destinação para ser reciclado por meio da economia local (MILONE e LAGE, 2001, p. 132).

Quando se fala de multiplicador no turismo, deve-se considerar que esse é um fenômeno abrangente e atinge outros quesitos além da renda. Existem multiplicadores específicos do turismo que podem ser calculados em qualquer economia: multiplicador de renda, multiplicador de empregos, multiplicador das exportações e multiplicador das receitas do governo (MILONE e LAGE, 2001, p. 127).

A fim de entender esse efeito multiplicador e o impacto do turismo na economia, deve-se considerar primeiramente a movimentação dos gastos turísticos, os quais geram esse efeito cascata sobre a economia, denominado de efeito multiplicador. Barbosa (2002) afirma que os gastos turísticos começam com os turistas gastando nos serviços chamados “front line”, como transporte, hotéis e restaurantes, que são drenados para o resto da economia. Os efeitos gerados com esses gastos podem ser diretos, indiretos e induzidos.

Acerca dos efeitos diretos do turismo, Cooper (2001) afirma que:

Os efeitos diretos das atividades são os gastos feitos pelos turistas nos estabelecimentos que fornecem os bens e os serviços turísticos. Parte deste valor sairá imediatamente da economia para cobrir os gastos com as importações necessárias para cobrir a oferta desses produtos e serviços do “front line”. Desta forma, os impactos diretos dos gastos tendem a ser menores que o próprio gasto, a não ser num raro caso em que a economia local consegue produzir e satisfazer todas as necessidades dos turistas (COOPER, 2001, apud BARBOSA, 2002).

Dessa afirmativa pode-se abstrair que quanto mais produtivas e independentes forem as localidades que desenvolvem o produto turístico, maior será o efeito multiplicador e os impactos econômicos.

Em relação aos efeitos indiretos e induzidos do turismo, pode-se abstrair de Barbosa (2002) que o efeito indireto é consequência das rodadas de compras e gastos efetuadas no processo da atividade turística, principalmente entre os fornecedores de produtos e serviços que servem de apoio aos equipamentos diretos do turismo.

Os estabelecimentos comerciais que recebem os gastos diretos dos turistas precisam de fornecedores, ou seja, precisam comprar bens e/ou serviços de outros setores dentro da economia local. Parte destes gastos sairá de circulação, pois os fornecedores precisarão comprar produtos importados para cobrir suas necessidades. Ou seja, estes fornecedores precisarão comprar bens e serviços de outros fornecedores, e assim por diante (BARBOSA, 2002).

Já o efeito induzido é aquele gerado através dos salários, aluguéis e juros recebidos da atividade turística que resultam em outras atividades econômicas. Por exemplo, os juros pagos ao banco por um empréstimo gerarão mais recursos para

futuros empréstimos e, conseqüentemente, ocorrerá um aumento da atividade econômica (BARBOSA, 2002).

O quanto esse dinheiro é capaz de se movimentar na economia, gerando benefícios de emprego, renda e divisas, vai depender da capacidade que a localidade possui de reter a renda turística e essa capacidade depende da capacidade produtiva e da diversidade da economia local. Segundo Polèse (1998, apud SILVA, 2004, p. 52), o poder de retenção irá depender da estrutura econômica da região, ou seja, do grau de diversificação da sua estrutura produtiva, do nível de integração econômica interna da região, isto é, da intensidade das transações que ocorrem entre seus agentes econômicos e da distância entre a região e outras regiões que possuam estruturas econômicas também diversificadas.

Goeldner (2002, p. 283) afirma que se a economia local é capaz de produzir os bens e serviços que os turistas compram, maior será o efeito multiplicador. Quanto mais mercadorias tiverem de ser adquiridas de fora da região, menor será o multiplicador.

Os agentes econômicos (consumidores ou empresas) têm tanto mais tendência para gastar o seu dinheiro na região quanto mais facilmente aí encontrarem os bens e serviços de que precisam. Além disso, têm tanto mais tendência a gastar o seu dinheiro no local, quanto mais distantes estiverem as regiões [para] onde poderiam deslocar-se para adquirir esses bens. O grau de interação entre agentes econômicos é, *ceteris paribus*, uma função negativa da distância (POLÈSE, 1998, apud SILVA, 2004, p. 53).

Outrossim, para que o efeito multiplicador do turismo seja maximizado, para que haja aproveitamento eficaz do turismo enquanto ferramenta econômica, para que os benefícios econômicos advindos da atividade turística se traduzam em desenvolvimento econômico, é necessário que políticas de planejamento sejam desenvolvidas. Essas políticas se baseiam em modelos econômicos existentes e, freqüentemente, mesclam paradigmas de mais de uma teoria. Essa realidade pode ser observada nas estratégias de desenvolvimento do turismo no Brasil que têm se fundamentado, basicamente, em dois modelos de desenvolvimento econômico: o polarizado, oriundo da teoria de pólos de crescimento, e o endógeno, de base local.

Nesse contexto, novas propostas para o desenvolvimento do turismo têm surgido no cenário atual, como a Regionalização do Turismo. A proposta de regionalização do turismo surgiu a partir da observação de um fenômeno que vinha ocorrendo, em diferentes níveis de organização e com resultados também diferenciados, em vários estados brasileiros: os roteiros turísticos, em alguns casos, extrapolavam as fronteiras dos municípios e até mesmo dos estados, seguindo critérios peculiares a cada contexto (BRASIL, 2007, p. 19).

Algumas Unidades da Federação já desenvolviam suas políticas, utilizando, como unidade de estruturação, pólos, circuitos ou zonas turísticas. O Programa de Regionalização surgiu, então, como forma de dar continuidade às políticas e às ações utilizadas até aquele momento, ampliando-as para o enfoque regional, sem estabelecer padrões e modelos inflexíveis e incentivando a participação de agentes locais e a criatividade em cada região turística (BRASIL, 2007, p. 19).

Esse modelo de planejamento proporciona maior integração entre municípios e estados da federação sem, contudo, diminuir a autonomia e participação dos envolvidos. Aliás, a extensão territorial ampliada, resultado da simbiose entre entes turísticos semelhantes, possibilita maiores possibilidades de intercâmbio profissional e geração de renda, posto que potencializa o mercado das populações envolvidas.

Essa tendência, aliada a políticas públicas para o combate à pobreza – a exemplo dos programas de redistribuição e inclusão social do governo federal – e aos princípios da economia solidária pode se constituir em importante instrumental para a concretização da atividade turística enquanto atividade econômica capaz de gerar emprego e renda através do fortalecimento da cadeia produtiva do turismo e de sua produção associada. Seguindo as orientações da economia solidária, esse fortalecimento seria resultado do trabalho cooperado das comunidades e dos empreendimentos autogestionários criados sob essa base conceitual.

Os princípios, metas e modelos oriundos da economia solidária vão ao encontro dos preceitos do turismo, que deve respeitar e envolver as comunidades locais no processo produtivo e contribuir para a geração de emprego, renda e

desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, e a fim de se obter resultados econômicos e sociais positivos com o turismo, deve-se observá-lo de forma regionalizada e associada à economia solidária, nova vertente da economia que possibilita a inclusão da população economicamente ativa e alijada da sociedade em função das falhas de mercado oriundas de uma economia capitalista.

Tem-se atualmente no binômio turismo e economia solidária, importante alternativa para o alcance do tão desejável desenvolvimento socioeconômico regional.

Várias, pois, são as vertentes e os modelos econômicos que permeiam o turismo, e várias são as possibilidades e as oportunidades de aproveitamento dessa atividade para a crescimento econômico de uma localidade, região ou nação, objetivo maior do Estado e cerne das políticas de governo para esse fim.

Contudo, para que o turismo possa ser um instrumento eficaz para o crescimento econômico objetivado pelo governo e, principalmente, para o desenvolvimento, que engloba não só o crescimento, expresso no aumento da produção e da renda, mas em especial a melhora da qualidade de vida e que deve ser o objetivo primeiro de qualquer política de governo, deve ser planejado e direcionado por uma política pública pautada em princípios econômicos, mas também, e, principalmente, de caráter social, cultural e ambiental.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

O contexto histórico desenhado nas duas últimas décadas, no Brasil, tem apresentado um processo acelerado de organização e de consolidação da atividade turística nos cenários nacional e internacional, pautado no planejamento da atividade. Os avanços tecnológicos e a globalização contribuíram para que mudanças políticas, econômicas e sociais ocorressem em nível global e novas formas de gestão surgissem para garantir a competitividade das nações frente a esse mercado. O turismo, então, foi reconhecido pela gestão pública federal brasileira como importante ferramenta para o desenvolvimento econômico e social das regiões que o praticam, as políticas para o turismo ganharam prioridade e as ações de fomento para a atividade foram reformuladas.

O termo política, nesse contexto, é empregado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, tem como termo de referência a *polis*, ou seja, o Estado, conforme conceitua Dias (2003, p. 121). O Estado assume a responsabilidade de organizar, de criar mecanismos para que determinados setores econômicos se desenvolvam e gerem o bem comum. Utiliza para atingir seus objetivos e metas as políticas públicas que podem estar registradas através de um plano de governo, de documentos específicos ou mesmo através de ações concretas que caracterizem o desenvolvimento de dada atividade ou setor.

Conforme classifica Dias (2003, p. 121) pode-se definir a política pública como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender as necessidades de toda a sociedade. Segundo o autor, embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum. (DIAS, 2003, p. 121).

A fim de maximizarem resultados positivos, as políticas públicas, sendo ações traçadas pelo Estado para benefício da sociedade, devem envolver outros

atores, e não só o governo, no processo de planejamento e execução dessas diretrizes, principalmente quando se refere a um setor multidisciplinar como o turismo.

Cruz (2001, p. 40) entende uma política pública de turismo como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Uma política nacional de turismo pressupõe uma tomada de posição, por parte do poder público federal, ante a atividade, tendo como base o território nacional, capaz de estabelecer um norte, uma orientação tanto para o setor público como para o setor privado – incluindo-se setores de atividades que influem no desenvolvimento do turismo - no sentido de atingir os objetivos estabelecidos por essa política (sejam eles quais forem) (CRUZ, 2001, p. 49).

Como é percebido, a elaboração de políticas públicas no planejamento da atividade turística se configura em importante ferramenta de organização da atividade e instrumento capaz de realizar significativas mudanças na estrutura da localidade onde são implantadas.

Embora se constitua em relevante objeto para o planejamento, ordenamento e incremento de uma dada atividade ou setor, vale ressaltar que, em muitos casos, têm-se limitado majoritariamente aos aspectos econômicos em detrimento dos elementos sociais, culturais e ambientais inerentes ao espaço em questão, o que pode acarretar em um comprometimento do pleno e adequado desenvolvimento da atividade e da comunidade envolvida.

Em todo o caso, as discussões sobre políticas públicas estão intimamente relacionadas à questão do desenvolvimento, que, na atualidade, tem encontrado no turismo, pelo menos em nível teórico, a possibilidade de incremento em função da crescente demanda da atividade e de seu potencial.

Com base nesses pressupostos e a partir da observação da participação e importância do turismo no crescimento econômico mundial a partir das estatísticas apresentadas pela OMT, o governo federal, através da EMBRATUR, a partir da

década de 1990, reformula as ações relativas ao turismo nacional a fim de um maior aproveitamento da atividade. Dessa forma, em nível de Brasil, tem-se em 2002 o lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, PNMT, que tinha como objetivo geral “fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política” (PNMT, 2002, p. 80).

Sob os auspícios do PNMT (2002), o município se torna a escala de atuação da atividade turística e a comunidade local ganha papel de destaque. Nesse enfoque, o programa tinha como intenção a descentralização do planejamento do turismo transferindo aos municípios a responsabilidade de planejar e gerir a atividade turística local. Outra finalidade do PNMT era a capacitação de agentes públicos e privados para que os mesmos se tornassem multiplicadores locais quanto à importância do turismo para o desenvolvimento socioeconômico.

O PNMT enfocava, pois, a gestão municipal como prioridade dos programas institucionais desenhados pelo governo, fato que serve de marco inicial para o processo de descentralização do turismo. Assim, pode-se afirmar que o programa surge como linha divisória entre uma gestão centralizada e uma nova proposta de gestão descentralizada e com maior participação popular local.

Em 2003 se tem um novo marco nacional com a criação do Ministério do Turismo. A atividade passa a possuir uma pasta própria e reconhecimento em nível nacional de sua relevância nos cenários políticos, econômicos e sociais. Nesse momento, organiza as políticas de turismo a serem desenvolvidas no quadriênio 2003 - 2007 e lança o Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007 que apresenta as diretrizes de planejamento para a promoção da expansão e consolidação da atividade turística no mercado global, pautado em uma metodologia de regionalização do território e do espaço turístico expresso através do Programa de Regionalização do Turismo.

Fundamentado na diminuição das desigualdades regionais e sociais; na geração e distribuição de renda; na geração de empregos e ocupações e; no equilíbrio do balanço de pagamentos, o PNT 2003-2007 definiu sete

Macroprogramas⁴ como diretrizes de trabalho para o alcance das metas e objetivos determinados.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é fruto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007: Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, que teve como ponto de partida o debate nacional com os segmentos representativos da sociedade, de modo a promover o desenvolvimento turístico sustentável de forma regionalizada no Brasil. (BRASIL, 2007, p. 18).

Observa-se, de acordo com as prerrogativas expressas no PNT 2003-2007, que esse plano traduziu uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, buscou a desconcentração de renda por meio da regionalização, da interiorização do desenvolvimento e da segmentação da atividade turística inovando a concepção até então em vigência.

Embora o Brasil possua o PNT como documento de orientação geral, como o Estado brasileiro possui grandes complexos regionais, as políticas de turismo, igualmente seguem uma tendência de organização de suas políticas públicas a partir da elaboração de projetos regionais ou mesmo estaduais através da elaboração de seus próprios planos.

Contudo, ainda que as regiões e estados promovam seus planos e projetos de forma individualizada e diferente de uma localidade para outra, todos buscam pautar as suas políticas públicas, sejam regionais, estaduais ou municipais, nas orientações do governo federal e direcionar suas ações no sentido de atenderem às diretrizes e metas do Ministério do Turismo expressas através dos PNT's.

Uma maneira que os Estados possuem para planejar, direcionar e adequar suas ações às diretrizes nacionais, bem como para maximizar seus resultados positivos é através da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estadual para o

⁴ Brasil. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo – Brasília, 2007, p. 16.

Turismo. Através desse documento tem-se um diagnóstico da situação atual do Estado e seus municípios turísticos ou potencias para o turismo, objetivos, metas e estratégias de ação.

O estado do Pará, percebendo a relevância da atividade turística para o desenvolvimento regional, desde o ano de 2001, elaborou o seu Plano Estadual de Desenvolvimento do Turismo, PDT-PA. O Plano se constitui em um instrumento para a implementação, em âmbito estadual, de uma política nacional. Àquele momento, nem o Ministério do Turismo, nem tampouco o Programa de Regionalização do Turismo existiam, mas a partir de análise detalhada do documento pode-se observar elementos que vão ao encontro das premissas defendidas na atualidade pelo PNT e que merecem atenção.

Também se deve mencionar que, embora o PDT – PA se configure no primeiro documento estatal de planejamento que reúne diretrizes e metas necessárias para o fomento do turismo no estado, foi a partir da década de 1970 que se efetivaram políticas específicas de turismo para a região amazônica, da qual o estado do Pará faz parte. Assim, em 1977 e em 1992, foram elaborados, respectivamente, os Planos de Turismo da Amazônia I e II, planos de orientação regional e que podem ser considerados instrumentos percussores de planejamento da atividade no contexto das ações e intervenções do Estado nesse espaço.

Segundo apresenta Serra (2007, p. 59, 61) esses planos foram concebidos a partir da idéia defendida pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia, PDA, segundo a qual o turismo era um processo em expansão e que por tal razão não poderia ficar em segundo plano. Ainda segundo o autor e em referência aos PDA's, as prioridades destacadas referiam-se principalmente em setorizar a atividade turística onde as cidades que já reuniam certa infra-estrutura de apoio logístico ao turismo seriam pontos estratégicos de atração de investimentos provindos do governo.

Comparando o I e o II PDA, Serra conclui que o primeiro possui um caráter mais global, e que o segundo apresenta diretrizes de cunho mais específico, dentre as quais se pode destacar a criação de empresas de turismo nas unidades da

federação, incorporando-as ao sistema regional integrado ao turismo (SERRA, 2007, p. 60).

Visto que a atividade turística era promissora, e que seria uma possibilidade para a geração de renda e lucro, o governo federal lança em 1977 o primeiro Plano de Turismo da Amazônia, PTA, com o intuito de (re) organizar o setor a fim de que se pudesse alcançar níveis satisfatórios de **crescimento econômico** [grifo nosso] (SERRA, 2007, p. 61). Observe-se que a preocupação do Estado naquele momento era com o auferimento de renda e lucro, de organização da produção de forma a se tornar mais produtiva e gerar crescimento. O desenvolvimento nesse momento não aparece de maneira explícita nem tampouco prioritária.

As concepções e objetivos do primeiro PTA podem ser sintetizados conforme se apresenta a seguir:

O primeiro PTA resume, assim, as idéias de que a Amazônia é um cenário propício à expansão da atividade turística, colocando-a como um produto a ser comercializável. As concepções contidas no plano priorizavam ações com as estratégias mais amplas que, por sua vez, estavam definidas no Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Sua função específica estava destinada a levantar dados sobre a infra-estrutura dos estados e, assim, definir as estratégias comerciais para que a região pudesse se situar como um destino turístico importante. Os eixos gerais do PTA não seguiam uma política nacional de turismo, mas sim uma política de desenvolvimento sustentada pelo PDA. O processo de configuração da atividade turística era encarado, como um ramo da economia que estava associado às diretrizes e interesses específicos, não tendo, portanto, uma autonomia política (SERRA, 2007, p. 62).

Essas orientações realçam o foco do primeiro PTA nas questões relativas ao crescimento econômico da região em detrimento do desenvolvimento.

Quinze anos após o lançamento do primeiro PTA, é lançado o II Plano de Turismo da Amazônia. Esse plano traz como diferencial a ênfase no desenvolvimento sustentável como alternativa viável para associar desenvolvimento regional com conservação dos recursos naturais. Os objetivos criados aliam a idéia de crescimento econômico à de qualidade de vida da população local, reordenando, por sua vez, as políticas regionais de desenvolvimento (SERRA, 2007, p. 64).

Outro marco antecessor ao PDT-PA e que permeia a discussão sobre as políticas públicas de turismo está relacionada ao lançamento, em 1998, do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, que se tornou o documento base de alinhamento das idéias de turismo sustentável e pode assim ser sintetizado:

O PROECOTUR, de acordo com seus órgãos interligados, procura enfatizar o turismo como uma ferramenta capaz de mudar o quadro social e econômico da região. Em seus desdobramentos, o programa chama a atenção para a necessidade de impor a região amazônica como um destino turístico a ser melhor apresentado no *trade* nacional e internacional. Para isso, utiliza estratégias espaciais em cada estado. Tais estratégias estão baseadas na criação e/ou incremento dos **pólos ecoturísticos** [grifo nosso] implantados. Esses pólos já apresentam infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos, hotéis, hospitais, entre outros) necessárias para a iniciação dos programas de intervenção do PROECOTUR. Nesse caso, a infra-estrutura de cada pólo serve como uma pré-condição para que os objetivos propostos se tornem concretos (SERRA, 2007, p. 66).

O PROECOTUR além de inovar em função do destaque empreendido à questão ambiental, destaca-se por trazer em seu escopo a divisão espacial do turismo em **pólos ecoturísticos**, conforme destacado acima, e posteriormente absorvido pelo governo do estado do Pará para a construção do PDT-PA.

Outro precursor do PDT-PA é o Projeto Novo Pará, lançado em 1995. Programa de governo iniciado durante a gestão do então governador do estado do Pará, Almir Gabriel, estendeu-se e manteve-se durante a gestão do seu sucessor o governador Simão Jatene. O programa tem como sustentáculo o tripé agroindústria, mineração e turismo.

Destaque do programa é a ênfase na descentralização da gestão da atividade turística que deve ser pautada em uma gestão municipalizada e que tem como finalidade o fortalecimento institucional do turismo no interior do estado.

A materialização da idéia de descentralização do turismo no estado do Pará acontece em 2001 quando da elaboração do PDT-PA, através da criação dos Pólos de Desenvolvimento Turístico.

A origem da terminologia “pólo turístico” no Brasil, sua contextualização em âmbito estadual a partir do PDT-PA, a caracterização e análise do pólo turístico do Marajó como referência analítica para avaliação da classificação em pólo turístico como elemento propulsor de desenvolvimento através do turismo, tudo isso será apresentado e discutido no capítulo 04, a seguir.

CAPÍTULO 4

O PÓLO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MARAJÓ NO CONTEXTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ

4.1 Origem e Contextualização do Pólo

Conhecendo-se os fundamentos das duas grandes teorias de desenvolvimento regional, a saber, a teoria do desenvolvimento polarizado e a teoria do desenvolvimento endógeno, e sua inter-relação com a atividade turística, pode-se afirmar que no Brasil, em se tratando de políticas públicas referentes ao Turismo, tem-se observado a utilização tanto do modelo de pólo de crescimento, que inspirou a criação dos pólos turísticos, quanto o de desenvolvimento endógeno.

A criação do termo “pólo de desenvolvimento turístico” se deu como consequência da aplicabilidade da teoria de Perroux acerca dos pólos de crescimento à atividade turística. A idéia de indústria motriz, motivadora da movimentação econômica da localidade e do entorno onde se situava, foi absorvida por Sessa (1984) e adaptada ao turismo. Sessa defende que o pólo turístico é formado por um conjunto de unidades motrizes, representadas pelas empresas hoteleiras, em especial, que por sua ação, apresentam efeitos indubitáveis sobre todas as outras empresas de caráter colateral, comercial, de divertimento e esportivas. (SESSA, apud SILVA, 2006).

A importância do turismo como vetor de desenvolvimento, por seu caráter de transversalidade e por suas múltiplas possibilidades de associação a outras atividades econômicas, é ratificada por Andrade (1987), embora não o considerasse força motriz para o desencadeamento de outras atividades econômicas e de novos arranjos produtivos, como proposto por Sessa (1983).

O conceito de pólo turístico é implantado no Brasil na década de 1990 pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo quando da elaboração de programas para o desenvolvimento do turismo. Segundo Beni (2006, p. 27) são desse período os programas de pólos turísticos que, embora ainda existam no Brasil, estão se

escasseando e se adaptando às novas diretrizes pautadas nas teorias de desenvolvimento endógeno e propostas pelo Ministério do Turismo que através no Plano Nacional de Turismo, destaca o Programa de Regionalização do Turismo “Roteiros do Brasil”, um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, cujos princípios são a flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões (BENI, 2006, p. 30) e que tem no desenvolvimento endógeno a base do seu processo.

Em relação à atividade turística na região amazônica, embora as discussões acerca do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico datem da década de 1960, quando da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que tinha como objetivos planejar e executar planos, programas e projetos de desenvolvimento que pudessem levar a Amazônia aos mesmos parâmetros de desenvolvimento nacional, foi a partir da década de 1970, com a criação da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, que o Estado do Pará inicia suas atividades de planejamento em turismo.

A partir desse momento o turismo passa a ser amplamente utilizado nos discursos políticos como atividade capaz de propiciar o desenvolvimento regional e merecedor de atenção por parte do poder público, conforme se observa através do trecho seguinte, que marcou o início da história do turismo no Estado do Pará:

Preocupado com a necessidade de contribuir para o desenvolvimento do turismo no Pará – face às inegáveis pré-condições já existentes no estado para tal – o Governo Estadual vem realizando, sobretudo desde 1969, uma série de medidas pertinentes nesse sentido. (...) Uma vez que estava apenas começando seus trabalhos, era difícil obter resultados mais profundos em curto prazo – razão porque a política governamental enfatizou a instalação de estruturas pertinentes, o início dos estudos básicos, o treinamento de pessoal, a formação de staff, a criação de incentivos fiscais estaduais e o começo de articulações com outras agências – tudo visando o desenvolvimento turístico. Em 1969 o Governo criou, no IDESP, o GETUR (Grupo de Estudos do Turismo). Em 1970 instalou um órgão executivo transitório para o setor – o DETUR (Departamento Estadual de Turismo). Agora, em 1971, está sendo criado a PARATUR (Empresa Paraense de Turismo) que fundirá os dispositivos anteriores e, a partir das experiências dos mesmos, já deverá ser instalado trabalhando em continuação aos esforços anteriores. A ação governamental junto ao setor turístico deverá ser consideravelmente ampliada no triênio 1972/1974 (DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA, 1971).

Com a criação da PARATUR inicia-se uma nova etapa no desenvolvimento do turismo no Estado do Pará uma vez que a Companhia se constituiu em importante instrumento para o fomento do setor através do desenvolvimento de ações direcionadas à implantação de projetos turísticos e da priorização dos programas locais e regionais que direta ou indiretamente contribuíssem para o incremento do turismo.

Embora tenham sido representativas e importantes as políticas e ações desenvolvidas por esse Órgão Oficial de Turismo do Estado do Pará, para efeitos deste estudo, considerar-se-á apenas o período de 2000 a 2008, com ênfase para as ações advindas com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT), 2001.

Estruturalmente esse plano está dividido em três grandes seções: diagnóstico interno da situação atual do turismo paraense; objetivos e estratégias; e, programas e ações. Assim, o plano apresenta um amplo diagnóstico da situação em que o turismo do Pará se encontra; enfatiza as necessidades a serem estimuladas para que haja o desenvolvimento do turismo no Pará; e, por fim, apresenta uma síntese das ações programadas.

Uma lacuna deixada no plano é a deficiência conceitual tanto no que se refere ao desenvolvimento quanto ao próprio turismo. Ambos são apresentados de forma abstrata e genérica fato que confere ao documento certo grau de inconsistência e dúvidas quanto ao que deveria ser objetivo final de uma política pública expressa através de um plano.

Outra negativa que se pode abstrair do plano é o reducionismo do diagnóstico apresentado apenas à questão econômica, não considerando outras instâncias como o aspecto social ou cultural. A qualidade de vida da comunidade local não se apresenta como elemento principal, embora a mesma possa se beneficiar e alcançar um estágio de desenvolvimento em função do incremento do turismo. Em todo o caso, constata-se que o desenvolvimento regional a partir da análise do plano, se apresenta como resultado de um possível crescimento econômico advindo na região e função da atividade turística.

Dessa forma, e a partir da leitura do documento, pode-se identificar a ênfase dada pelo plano aos aspectos de mercado e seu conseqüente foco de criar condições para que os espaços identificados como de potencial turístico se tornem funcionais e potencializem a atividade na região. O cerce do documento é a preocupação em o que fazer para desenvolver a atividade turística no Pará. O objetivo final é o turista, o seu bem estar e satisfação, a fim de que sua permanência no local e seu consumo aumentem e gerem renda para a comunidade local.

A fim de atingir esse objetivo, o PDT-PA utilizou em seu planejamento a divisão territorial em Pólos de Desenvolvimento Turístico, conceito muito difundido e implantado no Brasil, na década de 1990, pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo quando da elaboração de programas para o desenvolvimento do turismo. Essa classificação, utilizada por estados e programas federais de incentivo financeiro ao turismo, obteve destaque através do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo, que consiste em um programa de crédito ao setor público com finalidade de oportunizar o incremento da atividade turística nas áreas envolvidas no programa e que devem estar organizadas em pólos.

O estado do Pará, seguindo essa tendência organizou-se territorialmente, para efeitos de planejamento turístico, em 06 (seis) Pólos de Desenvolvimento Turístico nos quais municípios com vocação turística, capacidade de desenvolvimento econômico-social e características semelhantes, foram agrupados, a saber: Pólo Belém, Pólo Amazônia Atlântica, Pólo Marajó, Pólo Tapajós, Pólo Araguaia-Tocantins e Pólo Xingu.

Foram identificados os negócios/mercados prioritários para desenvolvimento do turismo em cada pólo. A priorização levou em consideração a qualidade dos recursos existentes, o grau de estruturação em termos de formatação de produtos e, principalmente, a existência de mercado consumidor facilmente captável para estes produtos (PARATUR, 2001, p. 58).

Com base nesses seis pólos, cuja extensão e composição de municípios foi estabelecida pelo Governo Estadual, foram identificadas as unidades municipais prioritárias para a etapa inicial do Plano de Desenvolvimento do Turismo, conforme se apresenta na tabela 02.

Tabela 02 - Pólos turísticos do Pará e respectivos municípios prioritários

PÓLOS	MUNICÍPIOS
Pólo Amazônia Atlântica	Bragança, Marapanim, Salinópolis, Vigia
Pólo Araguaia-Tocantins	Barcarena, Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí
Pólo Belém	Belém
<i>Pólo Marajó</i>	<i>Salvaterra, Soure</i>
Pólo Tapajós	Alenquer, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém
Pólo Xingu	Altamira

Fonte: Elaborado a partir de PARÁ, 2001.

Esses municípios apresentados na tabela 02 foram determinados pelo Governo Estadual de acordo com um critério objetivo de produtos turísticos consolidados. Além disto, a priorização adotada significa o reconhecimento de que estes municípios dispõem de maior potencial, pela força de seus atrativos e o mínimo de infra-estrutura já instalada em uma primeira etapa. Para o Pólo Marajó foram destacados os municípios de Soure e Salvaterra.

Questão relevante suscitada no Plano é o fato de o turismo se expandir além das fronteiras do município considerado prioritário e alcançar os municípios circunvizinhos e elementos constitutivos do pólo gerando desenvolvimento socioeconômico para o pólo em sua totalidade, conforme apresentado no Plano:

A partir destes seis pólos, a tendência é do turismo ir se desenvolvendo através de ondas concêntricas até atingir a totalidade de cada pólo, considerando, inclusive, a integração do mercado intermunicipal de produtos turísticos, não necessariamente exclusivo à área física de município prioritário, podendo agregar recursos de municípios vizinhos sempre que ocorrer demanda significativa (PARATUR, 2001, p. 5).

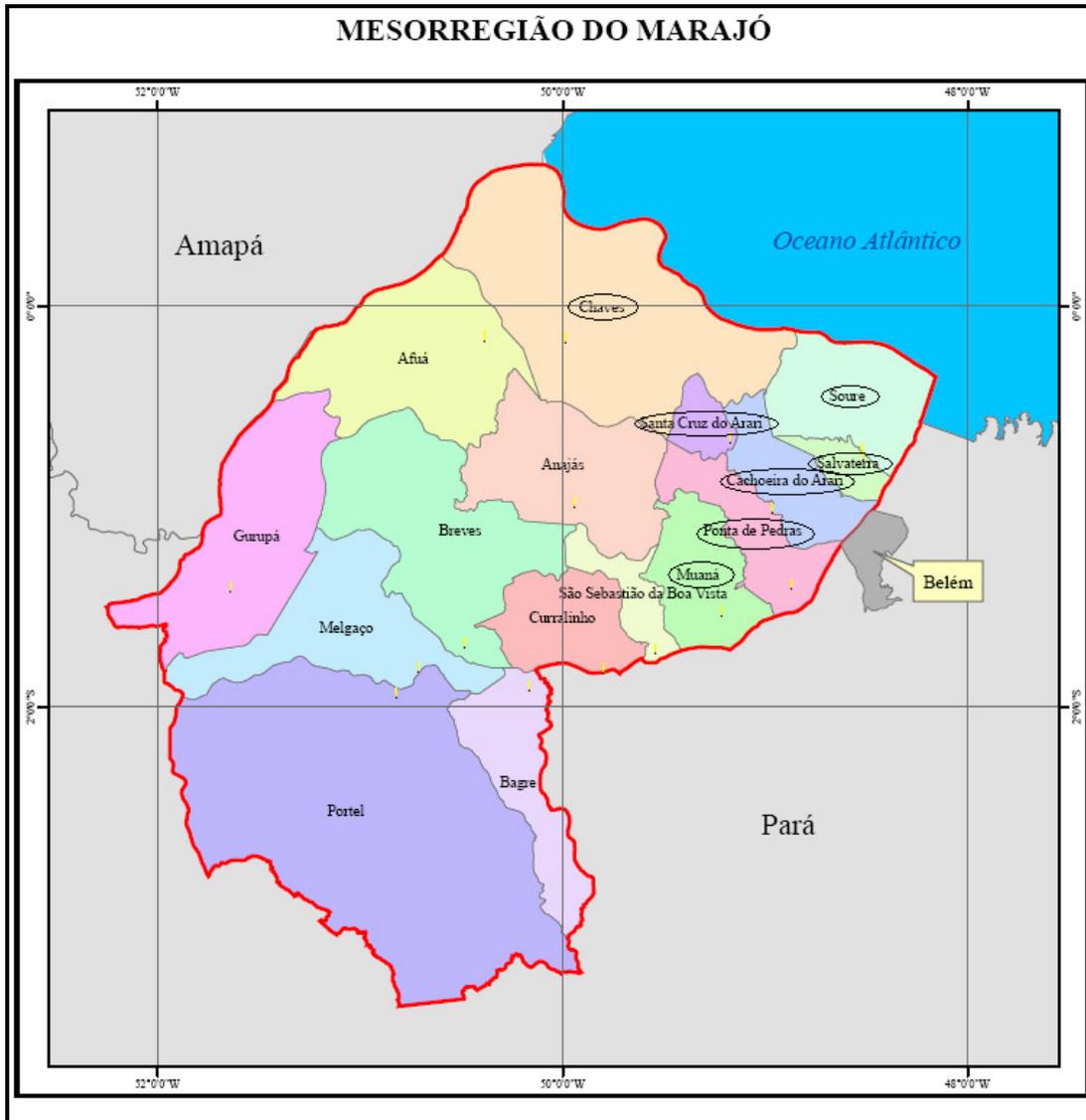
Esse princípio tem como fundamento as idéias defendidas por Perroux acerca dos pólos de crescimento e posteriormente adaptadas ao turismo por Andrade e será observado analisando-se o desenvolvimento ocorrido, ou não, no Pólo Marajó através de análise socioeconômica entre os municípios prioritários de Soure e Salvaterra e os municípios circunvizinhos de Chaves, Santa Cruz do Arari,

Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, municípios não considerados como prioritários para o incremento da atividade turística, mas integrantes do pólo.

O Pólo Marajó engloba municípios do Arquipélago do Marajó, integralmente situado no Estado do Pará e que se constitui em uma das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. Resulta de um grupamento de 16 municípios que, de acordo com a classificação do IBGE, compõe a mesorregião geográfica do Marajó. Essa mesorregião é constituída por três microrregiões geográficas (MRG): Arari, Furos de Breves e Portel, conforme diagnóstico apresentado no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2006).

Para efeitos desta pesquisa, tomar-se-á, a microrregião do Arari onde estão situados tanto os municípios de Soure e Salvaterra, considerados prioritário para as ações de incremento ao turismo, quanto os municípios de Chaves, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, municípios circunvizinhos àqueles e não considerados como prioritários para o incremento da atividade turística, embora integrantes do pólo, conforme Figura 3.

Figura 03 - Mesorregião do Marajó



Fonte: Base de dados SIPAM – IBGE. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó, 2006.

Legenda: Os municípios circulados representam a MRG do Arari.

Detentor de um ecossistema particular, o Pólo Marajó apresenta uma oferta turística diferenciada, representada por certo misticismo e exotismo em relação à Ilha. Isto se deve à sua milenar cultura, história dos Jesuítas e demais missões religiosas como a dos Mercedários, às fazendas tradicionais, à criação de búfalos e algumas manadas destes animais que se tornaram selvagens. Outras características do arquipélago e da parte continental marajoara são as duas estações bem definidas de chuvas (dezembro a maio) e de estio (junho a novembro), que mudam completamente a paisagem natural da grande ilha fluviomarítima. (PDT-PA, 2001, p. 13).

O Arquipélago do Marajó destaca, ainda, três grandes ilhas: a de Mexiana, que acomoda um complexo hoteleiro internacional, e as ilhas de Caviana e Grande de Gurupá, regiões onde o impacto do fenômeno da Pororoca mostra sua maior força, conforme Nascimento (Apud EWERTON, 2007, p. 31). A estrutura econômica do Marajó é basicamente primária, baseando-se no extrativismo e na agricultura de subsistência.

Turisticamente, embora apresente um forte potencial em função de seus atrativos naturais e culturais singulares, e da força que o seu nome representa como maior ilha fluvio-marítima do mundo, ainda se encontra em um estágio primário de desenvolvimento, principalmente em função da pouca visão empreendedora da população local e infra-estrutura básica e turística deficiente.

Outro fator relevante e que merece atenção é a necessidade dos fatores atratividade, amenidade e acessibilidade em relação à oferta para a existência e desenvolvimento do turismo.

A atratividade está relacionada com os aspectos físicos ou a paisagem do lugar. Amenidades ou recursos estão ligados à presença de equipamentos e serviços turísticos como hospedagem, alimentação e transporte local. A acessibilidade refere-se aos meios de transporte e canais de distribuição que possibilitam o acesso ao destino pretendido. E finalmente é preciso ter a capacidade de viajar que está associada à disponibilidade de tempo, dinheiro e saúde, além de se ter um motivo (LOHMANN apud MARTINS, 2005, p. 31).

A realidade do Pólo Marajó nesse contexto, e considerando-se especialmente os municípios de Soure e Salvaterra, apresenta algumas dificuldades, pois embora se observe a existência dos elementos atratividade e relativa amenidade, no que tange ao quesito acessibilidade ainda se observa grande deficiência, posto que a única forma de acesso é realizada por barcos que transportam tanto carga quanto passageiros, sem estrutura adequada para o transporte de turistas. Essa realidade vai de encontro às filosofias do turismo enquanto atividade econômica e competitiva. Este, para se constituir como tal, deve buscar desenvolver os seus serviços e produtos focados na excelência da qualidade.

Assim, ao se pensar em políticas para o turismo, é necessário se ter um diagnóstico e ações planejadas para o incremento da infra-estrutura básica e turística local, elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo. Serviços de transporte, energia, água, saneamento, telecomunicações, saúde e educação são alguns dos serviços básicos e de uso comum da comunidade, mas que são imprescindíveis para a segurança da atividade e satisfação do turista, que necessita ainda de serviços específicos e classificados como componentes da infra-estrutura turística, como meios de hospedagem e sinalização turística, por exemplo.

Sakay (2006, p. 266) ratifica a importância da infra-estrutura ao afirmar que a infra-estrutura turística é fundamental para o desenvolvimento do turismo, só sendo suplantada em importância pelo atrativo do destino do turista e a define como intensiva em capital, com componentes físicos de longa duração que fornecem benefícios ao público em geral ou que promovem desenvolvimento econômico. Embora não se possa mensurar a intensidade da relação entre existência de infra-estrutura e desenvolvimento turístico ou mesmo desenvolvimento econômico, pode-se afirmar que uma infra-estrutura adequada incrementa a produtividade e reduz custos de produção, fato que tem estimulado os governos a investirem em sua criação, manutenção e modernização.

A partir dessa premissa, e no caso específico do desenvolvimento do turismo no Pólo Marajó, o Governo do Estado do Pará, conhecedor das dificuldades relacionadas à infra-estrutura nessa região, fato diagnosticado no PDT, no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó e em outros estudos, tem planejado ações específicas e integradas para a minimização dos efeitos negativos advindos dessa infra-estrutura deficiente.

Merecem destaque os municípios de Soure e Salvaterra. Segundo Ewerton (2007, p. 33) o Marajó tem nesses municípios os principais núcleos de turismo do arquipélago. Encontram-se também nesses municípios os principais grupos sociais envolvidos na cadeia produtiva do turismo, identificados como produtores de queijo do Marajó, os pescadores, os grupos extrativistas, as mulheres organizadas em associações, responsáveis pela culinária local e regional, e os pequenos agricultores.

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada no município de mesmo nome, tem na Vila do Pesqueiro importante área potencial para o turismo e para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

A base econômica da RESEX vem da pesca, da atividade extrativista, do trabalho das mulheres organizadas em associações que, para escoamento da produção de seus artesanatos, promovem alguns eventos, como forma de incentivar a vinda de visitantes, momento em que comercializam seus produtos e têm na sua venda um reforço na renda familiar (EWERTON, 2007, P. 70).

O PDT-PA realizou um diagnóstico das potencialidades, da oferta de produtos e serviços, e da demanda existente para o turismo no Marajó. Também foram traçados programas e metas para o incremento da atividade e inserção da comunidade no processo a fim de transformar o turismo em uma atividade econômica capaz de gerar crescimento socioeconômico e qualidade de vida para a população autóctone que tem como base de sua estrutura econômica as atividades primárias, principalmente o extrativismo vegetal, a pesca, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

As atividades desenvolvidas no Pólo Marajó, quando da avaliação em 2000 para a elaboração do PDT-PA, eram as atividades de sol e praia, sendo o mercado doméstico (Belém) o que lhe dava esse posicionamento, com demanda direcionada para a praia do Pesqueiro, em Soure, ainda que com uma infra-estrutura básica e turística deficitária, resumida a alguns bangalôs sem preocupação de higiene e limpeza.

O estudo identificou ainda as atividades de turismo rural e ecoturismo como de enorme potencial turístico, com fazendas que além de capacidade física para serem transformadas em centros de turismo rural e ecoturismo, possuem interesse na atividade. Foi a partir da identificação desse potencial que a PARATUR, em parceria com o SEBRAE, desenvolveu em 2000 o Plano de Diversificação da Oferta Turística do Pólo do Marajó, visando o desenvolvimento do turismo no local. O resultado da pesquisa realizada para a elaboração do PDT apresenta o Pólo Marajó conforme tabela 3, abaixo, a partir dos segmentos de oferta e mercados geográficos de demanda.

Tabela 03 – Produto/Mercado Pólo Marajó

Negócios/Mercados	Mercados geográficos			
	Doméstica	Regional	Nacional	Internacional
Ecoturismo	II	II	III	I
Turismo rural	II	I	III	I
Cultural	II	II	II	
Praias	I			
Turismo educacional	III			
Melhor Idade	II	II	I	

Legenda: III Prioridade alta II Prioridade média I Prioridade baixa
 Fonte: PARATUR, 2001, p. 60.

Pode-se constatar que, embora a divulgação internacional do pólo Marajó seja intensa, a demanda estrangeira ainda é pequena, sendo que os segmentos de ecoturismo e turismo rural são os de maior prioridade para esse público, embora a prioridade ainda seja considerada baixa, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PDT-PA.

Em contrapartida, tanto o ecoturismo quanto o turismo rural possuem expressiva demanda em nível doméstico, regional e nacional e são por esses mercados considerados de média e alta prioridade. Além desses dois segmentos ainda se pode observar um potencial mercado nos segmentos de turismo cultural, melhor idade, educacional e praia, este último ainda caracterizado por uma demanda marcadamente doméstica.

A partir dessas observações, pode-se constatar o nível de atratividade e o potencial desse pólo para o incremento da atividade turística e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico da população via inserção da comunidade no processo produtivo, com a geração de novos empregos. Diagnosticando esse cenário e identificando as carências e necessidades existentes no estado do Pará para o incremento do turismo, o PDT definiu metas e ações a fim de potencializar a competitividade do produto turístico Pará. Nesse sentido foram desenvolvidos quatro programas para reforço à competitividade, conforme se apresenta na Tabela 4.

Tabela 04 - Programas para o Reforço Competitivo

Programa	Objetivo
Atratividade	Melhorar os atrativos do Pará como destino
Produtividade	Aumentar a eficácia no uso dos recursos
Marketing	Vender os produtos e destinos turísticos paraenses com maior êxito
Gestão	Assegurar um crescimento sustentável e competitivo

Fonte: PARATUR, 2001, p. 94.

Os quatro programas desenvolvidos sinalizam de forma positiva para a formatação de um produto competitivo. Estão relacionados de maneira direta e proporcionam um efeito em cadeia positivo no processo desde a formatação do produto até a sua comercialização ao consumidor final.

Para a execução de cada um desses programas foram priorizadas ações que contribuem para o alcance das metas estipuladas e que culminam em um produto competitivo no cenário turístico tanto em nível nacional quanto internacional. Essas ações estão discriminadas na Tabela 5 a seguir:

Tabela 05 – Síntese dos Programas e Ações

Programa	Ações
Pará Atratividade	A-1 Criação de Gestores de Experiências Turísticas A-2 Ampliação e Modernização dos Meios de Hospedagem Paraenses A-3 Sinalização Turística A-4 Melhoria das Condições Ambientais dos Municípios Turísticos A-5 Embelezamento Urbano e Melhorias de Infra-estrutura A-6 Ordenação Urbanística dos Municípios Turísticos A-7 Sistema de Padrões e Selos de Qualidade A-8 Pará Hospitalidade A-9 Postos de Informações Turísticas A-10 Instituto Internacional de Pesquisas sobre o Ecoturismo
Pará Produtividade	P-1 Inventário, Classificação e Avaliação de Recursos Turísticos P-2 Criação de Grupos de Competitividade Locais P-3 Criação de Empresas em “Joint Ventures” P-4 Capacitação Profissional/Empresarial P-5 Formação/Capacitação de Pessoal de Base P-6 Simplificação do Processo de Abertura de Novas Empresas P-7 Mecanismos de Financiamentos e Estímulos Fiscais P-8 Desenvolvimento Tecnológico P-9 Sistema de Reconhecimento e Premiação à Profissionalização
Pará Marketing	M-1 Criação de Grupos de Marketing por produtos M-2 Criação de uma Infraestrutura de Marketing M-2.1 Unidades Locais de Marketing – ULM's M-2.2 Base de Dados M-2.3 Banco de Imagens M-2.4 Sistema de Inteligência de Mercado M-3 Articulação de um Sistema de Venda e Comunicação M-3.1 Workshops M-3.2 Feiras de Promoção Turística M-3.3 Site Inspection Service M-3.4 Manual de Vendas M-3.5 Seminários de Vendas M-3.6 Fam Trips M-3.7 Material Promocional M-3.8 Publicidade M-3.9 Propaganda M-3.10 Web Pará M-3.11 Marketing Direto
Pará Gestão	G-1 Comissão Estadual de Turismo G-2 Conselho Estadual de Turismo G-3 Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Fonte: PARATUR, 2001, p. 95.

A partir da tabela, pode-se constatar a existência de um total de 04 (quatro) programas e 25 ações planejadas para a consolidação dos destinos e sua inserção no mercado competitivo.

O Programa Pará Atratividade, que tem como objetivo melhorar os atrativos do Pará como destino, tem como base de atividades o quesito infra-estrutura turística e urbana. É interessante que a questão ambiental não é negligenciada recebendo atenção do programa através da ação 04 que trata da melhoria das condições ambientais dos municípios turísticos. Ainda sobre esse programa, vale destacar a atenção dispensada à qualidade nos serviços e à hospitalidade, ambos, elementos chave na determinação de atratividade de um destino turístico.

O Programa Pará Produtividade, que tem como objetivo aumentar a eficácia no uso dos recursos, tem como cerne das suas ações os equipamentos turísticos e a mão de obra empregada nos empreendimentos.

O Programa Pará Marketing, que tem como objetivo vender os produtos e destinos turísticos paraenses com maior êxito, utiliza como principais ferramentas para a divulgação dos produtos os elementos de publicidade e propaganda bem como as mídias existentes. A participação em eventos nacionais e internacionais é outra ferramenta do programa e está expressa através das ações 3.1 e 3.2 relativas à ação de articulação de um sistema de venda e comunicação.

O Programa Pará Gestão, que tem como objetivo assegurar um crescimento sustentável e competitivo, tem no estabelecimento de uma comissão e de um conselho estadual de turismo suas principais linhas de ações.

Abstrai-se da proposta apresentada que para um destino turístico se tornar competitivo deve possuir alta ATRATIVIDADE, desenvolver um MARKETING efetivo, empregar seus recursos turísticos, financeiros e humanos com PRODUTIVIDADE e dispor de uma eficaz GESTÃO de todo o sistema (PARÁ, 2001, p.93).

No que se refere à implantação e atualização permanente do PDT, o programa de Gestão detém importante atribuição. Em decorrência, no ano de 2003, com o objetivo de permitir a participação dos atores sociais envolvidos, foi criado o FOMENTUR – PA que tem como finalidade auxiliar o titular do órgão executivo estadual na formulação da Política Estadual de Turismo e do PDT-PA, programas, projetos e atividades deles derivados.

O FOMENTUR apresenta ainda como atribuição a realização de fóruns regionais para cada pólo turístico a fim de promover a interiorização do desenvolvimento turístico sustentável em cooperação com os conselhos municipais de turismo da respectiva área (HOSHINO, 2007, p. 57).

A partir do Plano foi desenvolvido, ainda, um trabalho de sensibilização e qualificação junto às fazendas para o incremento da atividade turística nesses equipamentos. Aspectos como manejo das manadas de búfalos e dos cavalos marajoaras da ilha do Marajó pelos turistas; envolvimento com a produção extrativista das populações ribeirinhas e coleta dos frutos do açazeiro; pesca esportiva *catch and release* conduzida por pescadores tradicionais; jornadas de canoagem pelos rios e igarapés da Amazônia; engajamento em campanhas de preservação de animais da região como tartarugas, peixes, boi, botos, aves, etc.; passeios para observação de pássaros; e, visitação de sítios arqueológicos e trilhas ecológicas nos manguezais foram enfatizados.

Apesar do potencial existente no Pólo Marajó, os serviços turísticos ofertados ainda eram restritos e com algumas deficiências, sendo a visita a Soure e Salvaterra, suas praias, fazendas típicas marajoaras e lojas de artesanato em couro de búfalo, a oferta mais estruturada. A infra-estrutura e os equipamentos básicos do Pólo Marajó eram bastante simples, contando com apenas 60 km de rodovias em parte asfaltadas, ligando os municípios de Salvaterra e Soure, e estrada de terra para Cachoeira do Arari.

Outro fator relevante a ser considerado é a forma de acesso à Ilha do Marajó, que se utiliza principalmente da via fluvial, com transporte regular, embora não adequado para a prática turística, e a via aérea, serviço não regular e limitador em função da variável preço. O acesso é um dos pontos críticos para o incremento da prática turística no Pólo Marajó e tem sido motivo de atenção por parte do poder público e do trade turístico na tentativa, ainda inglória, de uma melhoria nesse serviço.

Em 2005 no intuito de consolidar o Turismo no mercado nacional e internacional, o Ministério do Turismo implementou o Programa de Regionalização

do Turismo – Roteiros do Brasil, pautado nas orientações contidas no Plano Nacional do Turismo. Na ótica do Ministério do Turismo o Programa de Roteirização tem caráter participativo, voltado para a mobilização social e construção de parcerias, no âmbito municipal, buscando promover a integração e o compromisso dos atores envolvidos, o adensamento dos negócios na região, a inclusão social, o resgate e a preservação dos valores culturais e ambientais da região. (RELATÓRIO ROTEIRIZAÇÃO, 2005, p.5).

Outra orientação do Programa de Regionalização é a instituição de Instâncias de Governanças Regionais. Nessa perspectiva, no ano de 2006, durante a Oficina de Institucionalização da Instância de Governança Regional e de Sistematização e Avaliação, foi criado o Fórum Regional de Turismo do Marajó (HOSHINO, 2007, p. 79).

A implantação do Programa de Roteirização teve início nos municípios de Salvaterra e Soure, nos dias 7 e 8 de junho de 2005, respectivamente, com a realização do Seminário de Potencialidades Turísticas. O objetivo do Seminário foi inventariar os mais importantes atrativos turísticos dos dois municípios, tendo participação efetiva dos empresários, representantes do Poder Público e Comunidade, que contribuíram na identificação dos atrativos e empreendimentos turísticos, entre lugares, equipamentos de apoio e turísticos que somaram em cada município mais de 30 pontos a serem inclusos no processo de auditagem da roteirização. (RELATÓRIO ROTEIRIZAÇÃO, 2005, p. 8).

A fim de se adequar às demandas do programa, que é dirigido para mercados competitivos e impulsionado na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a PARATUR, em parceria com o SEBRAE e lideranças de Soure e Salvaterra, desenvolveu em 2005, e tendo como referência o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o Projeto “Turismo Amazônia do Marajó”, que vem realizando ações contínuas com o objetivo de melhorar e impulsionar o turismo no Marajó. Foi sob os auspícios desse momento que foi formatado o Roteiro Internacional Amazônia do Marajó, que envolve os municípios de Belém, Soure e Salvaterra.

Duas avaliações foram realizadas com a finalidade de averiguar o desempenho desse roteiro. A primeira foi realizada em 2006 pela FADESP um ano após o início de execução do roteiro; a segunda foi realizada em 2007 diretamente pela PARATUR por meio de sua equipe técnica. Assim, foram realizadas novas visitas *in loco* aos roteiros, às agências que comercializam o Marajó, e ao Sebrae, que desenvolveu, em parceria com a PARATUR, o Projeto “Turismo Amazônia do Marajó”.

Outra ação desenvolvida com o fito de dinamizar a atividade turística no pólo Marajó foi o “Projeto Bem Receber” promovido pelo Sebrae em 2007. Nesse momento foram realizados cursos para profissionais do setor hoteleiro com o objetivo de sanar as deficiências ainda existentes e observadas a partir das duas avaliações realizadas no roteiro Amazônia do Marajó. Dentre os equipamentos hoteleiros, foram escolhidos os que mais participaram das capacitações realizadas pela Instituição e que se destacam pelo bom atendimento dispensado aos clientes.

Assim, a partir do diagnóstico apresentado pelo PDT-PA (2001), dos programas e ações estabelecidos e implementados para o fortalecimento do turismo no Estado do Pará, dos relatórios de avaliação dos roteiros, da análise de dados e indicadores sociais e econômicos relativos aos municípios do Pólo Marajó, e do conhecimento empírico da pesquisadora, buscar-se-á, na sessão que se segue, analisar a aplicabilidade prática dessas políticas, programas e ações, bem como seus resultados, para o desenvolvimento socioeconômico da região através do turismo.

4.2 Indicadores econômicos e sociais para os municípios selecionados

A pesquisa para avaliação do turismo enquanto instrumento de desenvolvimento social e econômico para uma localidade utilizou o Pólo Marajó como objeto de estudo para analisar os efeitos do planejamento turístico em Pólos de Desenvolvimento.

O Pólo Marajó foi escolhido por ser um pólo com destacada demanda, principalmente pelo público internacional, e bastante divulgado pelo governo do

Estado e mídias nacional e internacional. Outro fator decisivo foi o já desenvolvimento de ações e projetos para o incremento do turismo na região, bem como suas características sociais e econômicas marcantes que possibilitam identificar com maior precisão os efeitos da atividade nos municípios do pólo turístico antes e depois da organização em pólos e da implantação do PNT.

Assim, tendo em vista que o PDT-PA foi lançado em 2001, a proposta deste estudo é avaliar a situação socioeconômica dos municípios prioritários de Soure e Salvaterra, bem como dos municípios circunvizinhos e integrantes do pólo, mas não considerados prioritários de Chaves, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, antes e depois da implementação do PNT, ou seja, utilizou-se como marcos os anos 2000 e 2008, respectivamente.

A fim de avaliar a evolução dos municípios tanto na dimensão social quanto na dimensão econômica, utilizou-se, como subsídio, os dados do levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH calculado em 2000. Esse índice reflete adequadamente a situação dos municípios antes do incremento da atividade turística nessa região. Além desses dados, também foram utilizados na análise outros dados de ordem econômica e social obtidos através dos seguintes indicadores:

- **Dimensão Social:** Indicadores demográficos (2000 e 2007); Indicadores Educacionais (2000 e 2006); Emprego (2000 – 2007); Acesso à energia elétrica (2000 / 2003 / 2006 / 2007); Abastecimento de água (2000 e 2007). Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2000); Índice de Gini (2000); desigualdade social (2000),
- **Dimensão Econômica:** Produto Interno Bruto – PIB (2000 / 2005). Renda per capita (2000) e pobreza (2000).

A análise dos municípios foi dividida em duas etapas. Na primeira foram avaliados os municípios prioritários, Soure e Salvaterra, que foram analisados individualmente e comparativamente entre si. O propósito dessa etapa foi avaliar a situação antes e depois do advento do PDT-PA. Na segunda, esses municípios foram

comparados com os demais municípios circunvizinhos e não prioritários, Chaves, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná.

A finalidade dessas etapas foi identificar se os municípios prioritários e que receberam ações específicas para o incremento do turismo obtiveram melhorias nos seus indicadores socioeconômicos. Também se objetivou saber se essa melhoria, caso identificada, ocorreu nos demais municípios do pólo e com qual intensidade. O resultado dessas observações permite identificar se as melhorias nos índices sociais e econômicos de cada município entre os anos de 2000 e 2008 estão associadas ou não ao turismo.

Indicadores Sociais

- **Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Assim, o índice varia de 0 – nenhum desenvolvimento humano, a 1 – desenvolvimento humano total. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios, as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (PNUD, 2003).

Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de freqüência à escola (com peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas (independentemente da idade) que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de

segundo grau, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo (PNUD, 2003).

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local (PNUD, 2003).

Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero) (PNUD, 2003). No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo – um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio dessa amostra do Censo são expandidos para o total da população municipal e, então, usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M (PNUD, 2003).

Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos de cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para saúde (ou longevidade); IDHM-R, para renda. Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os sub-índices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1. O IDH-M de cada município é fruto da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três ($IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3$) (PNUD, 2003).

Para efeitos deste estudo, apresentar-se-á apenas o IDHM de 2000 levantado pelo IBGE, último dessa Instituição. Em 2007 o IPEA apresentou índices relativos à renda, educação, e distribuição, entretanto, esses dados são fornecidos apenas em nível de Brasil e Unidades Federativas, não suprimindo as necessidades da pesquisa que avalia municípios específicos de uma microrregião.

- **Índice de Gini**

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2007).

- **Desigualdade**

10%+ ricos / 40% + pobres: É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

20% + ricos / 40% + pobres: É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2007).

- **Abastecimento de água**

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada para um ou mais cômodos proveniente de rede geral de poço de nascente ou de

reservatório abastecidos por água das chuvas ou carro-pipa. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003).

Considera a rede geral de distribuição de água do município quando esta atende a pelo menos um distrito, ou parte dele independentemente da extensão de rede, número de ligações ou de economias abastecidas. Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2007).

- **Acesso à energia elétrica**

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com iluminação elétrica proveniente ou não de uma rede geral com ou sem medidor. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003).

Indicadores Econômicos

- **Produto Interno Bruto – PIB**

Repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, obtido para cada Unidade da Federação através de indicadores selecionados. Para tal, estima-se, primeiro, o valor estadual de cada agregado e, em seguida, reparte-se esse valor pelos municípios, ou seja, uma vez estimado o valor adicionado por atividade de cada estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para este fim. (IPEA, 2007).

- **Renda per capita**

Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2007).

- **Pobreza**

% de indigentes: Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75, equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

% de pobres: Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

% de criança de indigentes: Proporção dos indivíduos com idade de zero a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75 (1/4 do salário mínimo de agosto de 2000). O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

% de crianças pobres: Proporção dos indivíduos com idade de zero a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 (1/2 salário mínimo de agosto de 2000). O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2007).

Outros dados importantes:

- **Cadastro RAIS 2000-2003:** apresenta o número de estabelecimentos com vínculo empregatício segundo setor de atividade econômica e sua evolução nesse período, bem como o estoque de empregos segundo setor de atividade econômica (Fonte: Adaptado de SEPOF, 2007).

Com o objetivo de se analisar o nível de desenvolvimento socioeconômico nos municípios pertencentes à Microrregião do Arari, Marajó, e os possíveis efeitos do turismo nesse processo, far-se-á uma apresentação geral do Pólo Marajó e uma caracterização dos municípios selecionados através de uma síntese com os principais indicadores socioeconômicos e turísticos existentes para o período 2000-2008.

4.2.1 Soure

Caracterização social:

DEMOGRAFIA

Instituído enquanto município no ano de 1847, Soure está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 82,1 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 3.513 km² e densidade demográfica 6,09 hab/km². Sua população total no ano 2000 era de 19.958 habitantes, sendo 17.303 na zona urbana e 2.655 na zona rural. Para o ano de 2007, a população apresentou um total de 21.395 habitantes, sendo 19.342 na zona urbana e 2.053 na zona rural⁵, conforme representada na tabela 06, a seguir:

Tabela 06 - Dados Demográficos de Soure, 2000 e 2007.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Área	Densidade demográfica
2000	19.958	17.303	2.655	3.513,00	5,66
2007	21.395	19.342	2.053	3.513,00	6,09

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

Esse maior crescimento da população urbana em relação à rural pode ser atribuído ao êxodo rural em função de maiores condições de trabalho na cidade, principalmente por meio do setor de serviços que tem apresentado significativo crescimento, conforme se vai observar no item “emprego”, *a posteriori*.

Ainda em relação à população, pode-se fazer uma análise relativa à sua situação domiciliar que tem demonstrado um avanço quantitativo, com aumento de unidades domiciliares, e qualitativo, com diminuição do número de habitantes por unidades domiciliares. Associado a esse fato, contribui para uma avaliação positiva em relação a esse quesito os avanços observados em relação ao abastecimento de energia e água no município. Essas informações se encontram sintetizadas nas tabelas 07 e 08.

⁵ Fonte: adaptado de PNUD (2000) e SEPOF (2008).

Tabela 07 - Habitantes por Unidades Domiciliares, 2000 e 2007.

Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes/Unidades Domiciliares
2000	19.958	4.045	4,93
2007	21.395	6.049	3,54

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

Tabela 08 - Número da população com abastecimento de água e energia elétrica em Soure, 2000 e 2007.

Abastecimento de Água e Energia Elétrica em Soure, 2000 - 2007.				
CONSUMIDORES				
	2.000		2.007	
	Energia	Água	Energia	Água
Residencial	2.979	2.967	4.823	2.881
Comercial	256	139	378	65
Industrial	2	5	2	-
Outros	58	-	89	98
Total	3.295	3.111	5.292	3.044

Fonte: Adaptado de SEPOF 2008.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, observando-se a evolução no intervalo 2000 – 2007 e considerando-se os setores residencial, comercial, industrial e outros, pode-se afirmar que para todos houve um acréscimo, à exceção do Industrial e de uma pequena variação em outros. É mister que o residencial é o setor que mais cresceu, com um aumento de 1844 novas unidades atendidas em 2007 em relação a 2000. Tal constatação sugere uma melhora na qualidade de vida de parcela significativa da população que antes vivia à margem desse benefício.

O aumento nos setores comercial e outros também podem ser um reflexo do estabelecimento de novos empreendimentos característicos desses setores e que podem estar relacionados ao turismo.

A análise referente ao abastecimento de água apresenta algumas lacunas, visto que inexistem informações para o ano 2007, em relação ao setor industrial, e para outros em 2000. Os setores residencial e comercial apresentaram um pequeno

decrécimo para o período 2000 – 2007. Mesmo não se podendo precisar a razão dessa variação negativa, um fato possível seria o corte em função da inadimplência desses usuários.

As constatações obtidas, tanto no que se refere ao abastecimento de energia elétrica quanto de água, nos remetem a uma situação favorável em relação à qualidade de vida dessa comunidade, que está encontrando condições de adquirir ou alugar o seu imóvel, bem como de ter acesso aos serviços básicos de água e energia.

Os residentes de Soure também foram beneficiados com o incremento da taxa de urbanização do município que passou de 86,7 (em 2000) para 90,4 (2007), segundo dados do IBGE, adaptados de SEPOF 2008.

EDUCAÇÃO

Os dados pertinentes à educação são de fundamental importância quando se pretende avaliar o desenvolvimento de determinada localidade bem como o ciclo envolvimento da comunidade com as atividades econômicas e os impactos econômicos sobre a comunidade. A tabela 09 apresenta a realidade estrutural do sistema de ensino de Soure para os marcos 2000 e 2006 e tem como referência a estrutura pública e privada para o pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio.

Tabela 09 - Estabelecimentos Educacionais e Índice de Matrículas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, 2000 e 2006.

Ano	Graus	Estab. Fed.	Matric. Fed.	Estab. Estadual	Matric. Estadual	Estab. Municipal	Matric. Municipal	Estab. Partic.	Matric. Partic.	Total Estab.	Total Matric.
2000	Pré Escolar	15	1.166	15	1.166
	Ensino Fundamental	4	1.811	20	4.006	24	5.817
	Ensino Médio	1	929	1	929
2006	Pré Escolar	16	1.488	16	1.488
	Ensino Fundamental	4	1.767	22	3.342	26	5.109
	Ensino Médio	2	1.004	2	1.004

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

Em termos de estabelecimentos de ensino, observa-se que a educação infantil no município de Soure registra estabelecimentos de ensino apenas na esfera municipal tanto em 2000 quanto em 2006, sendo que nesse intervalo uma nova unidade foi estabelecida. O ensino fundamental é o que apresenta a maior quantidade de estabelecimentos e esferas envolvidas nos dois anos de referência, também com crescimento de duas unidades nesse período. O ensino médio só é contemplado pela esfera estadual que em 2006 registrou 2 estabelecimentos de ensino. A iniciativa privada não apresenta estabelecimentos cadastrados.

Apesar de poucos estabelecimentos de ensino, a participação escolar é relativamente boa, com razoável índice matrículas por dependência administrativa e graus de ensino.

Além da escola propriamente dita, o sistema de ensino pode contar ainda com outras ferramentas educativas e inclusivas como as bibliotecas e os laboratórios de informática, embora ainda se apresentem em pequena quantidade, conforme se observa na tabela 10.

Tabela 10 - Bibliotecas e Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, 2000 e 2006.

Ano	Graus	Biblio. Estad.	Lab. Estad.	Biblio. Mun.	Lab. Mun.	Total Biblio.	Total Lab.
2000	Ensino Fundamental	2	...	4	...	6	...
	Ensino Médio
2006	Ensino Fundamental	3	3	4	1	7	4
	Ensino Médio	1	2	1	2

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

Assim como em quantidade de estabelecimentos, também em relação ao número de bibliotecas e laboratórios de informática o ensino fundamental foi privilegiado em detrimento do ensino médio. Embora ambos tenham crescido quantitativamente de 2000 para 2006.

O município de Soure não possuía laboratórios de informática no ano 2000. A “Era Digital” já aparece no ano 2006 em termos de laboratórios tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, talvez fruto de campanhas e o projetos de inclusão digital tão difundidos nesse período.

EMPREGO

A avaliação do quesito emprego é bastante relevante para avaliar a estrutura produtiva da localidade. Conhecer quais os setores que mais oferecem postos de trabalho e em qual deles se encontra a maior taxa de ocupação se torna em importante ferramenta de planejamento para as políticas econômicas e para o conseqüente desenvolvimento.

A tabela 11 apresenta uma síntese de informações pertinentes ao número de estabelecimentos com vínculo empregatício segundo Setor de Atividade Econômica e o estoque de empregos para o município de Soure no período 2000 – 2006.

Tabela 11 - Número de estabelecimentos com vínculo empregatício e estoque de empregos segundo Setor de Atividade Econômica, 2000 e 2006

Setor de atividade	Nº de Estabelecimentos 2.000	Estoque de Empregos 2000	Nº de Estabelecimentos 2.006	Estoque de Empregos 2006
Comércio	16	60	28	138
Serviços	10	62	15	70
Administração Pública	1	334	3	678
Agropecuária	5	28	9	53
Total	32	484	55	939

Fonte: Adaptado de SEPOF 2008.

Observa-se que o comércio e o setor de serviços foram os setores que mais se destacaram em número de estabelecimentos com vínculo empregatício no período de 2000 a 2006. Essa constatação nos leva a afirmar um maior número de pessoas empregadas nesses setores e o predomínio de pessoas empregadas na zona urbana, onde esses setores predominam. Embora não se possa determinar a partir desses dados a correlação direta com o turismo, pode-se afirmar que o mesmo está inserido no setor de serviços e, portanto, pode ter influenciado esse acréscimo de estabelecimentos no setor de serviços. Meios de hospedagem e alimentação são equipamentos fundamentais para a existência do turismo e que também se enquadram naquele setor.

Observa-se que embora os setores com maior número de estabelecimentos com vínculo empregatício sejam o comércio e os serviços, é na administração pública que se concentra o maior estoque de empregos. O número de empregos dobra na administração pública em seis anos, um crescimento significativo.

IDHM

Outro fator relevante para a análise do desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano. Como se está analisando, *a priori*, municípios isolados para depois se obter uma análise regional, necessário se faz conhecer o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada município. Esse indicador,

entretanto, embora seja de fundamental importância para uma avaliação do desenvolvimento, só aparecerá para contextualizar a situação socioeconômica dos municípios no ano 2000, uma vez que o dado inexistente para anos posteriores. A tabela 12, abaixo, apresenta esse índice:

Tabela 12 - IDHM de Soure, 2000.

	2000
Longevidade	0,747
Educação	0,858
Renda	0,564
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	0,723

Fonte: PNUD (2003, Atlas)

Conforme se observa, o IDHM de Soure para o ano 2000 foi de 0,723, sendo a educação o item de maior valor e a renda o de menor. A longevidade é relativamente boa, o que pode ser um reflexo de boas condições de saúde e, conseqüentemente, de vida da população.

Embora o município de Soure esteja entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), de acordo com a classificação do PNUD, o município apresenta uma forte concentração de renda identificada através do elevado Índice de Gini da região para o mesmo período: 0,60.⁶

Caracterização econômica:

PIB

O município de Soure apresentou no período 2000-2005 uma significativa alteração na sua participação econômica por setores, passando a sua base econômica da agropecuária para o setor de serviços, conforme se observa através da tabela 13, abaixo:

⁶ Fonte: PNUD (2003)

Tabela 13 - Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor, 2000 e 2005.

	2000	2005
Valor adicionado na agropecuária	29.087	12.738
Valor adicionado na Indústria	1.504	4.381
Valor adicionado no Serviço	19.202	38.169
PIB a preço de mercado corrente	49.793	55.288

Fonte: Adaptado de SEPOF e IBGE

Segundo os dados da tabela 13, pode-se aferir que a mudança foi significativa com decréscimo de 43,7% na agropecuária e crescimento de 98,7% nos serviços. Também a indústria obteve crescimento em sua arrecadação, o que pode ser consequência do aumento de demanda por esses produtos. Maior consumo está diretamente relacionado a aumento de renda, embora não signifique equidade na distribuição da mesma.

A renda per capita média da população de Soure em 2000 era de (R\$) 114,3⁷. Esse valor é muito baixo e pode comprometer a qualidade de vida da população. Como não existem dados sobre a renda para o ano 2005, não se pode afirmar se houve ou não melhoria nesse quesito, nem se o PIB tenha tido esse aumento de %, no período de 2000 a 2005, em função da renda.

Caracterização turística:

O município de Soure apenas começou a ter o seu potencial para o turismo percebido a partir das décadas de 70 e 80, quando foi escolhido como uma cidade com “vocação natural” para o turismo no âmbito de uma política de desenvolvimento para a Amazônia (FIGUEIREDO, apud HOSHINO, 2007, P. 37).

Soure é o município com melhor infra-estrutura básica e turística do Pólo Marajó e município prioritário nas a es de fomento ao turismo para a região. É o

⁷ Fonte: PNUD (2003)

município que, juntamente com Salvaterra, compõe o roteiro internacional “Amazônia do Marajó”.

Soure possui tanto atrativos naturais quanto culturais, sendo a praia do Pesqueiro um dos principais atrativos naturais de Soure. Os encantos históricos da arquitetura podem ser percebidos através da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ou Matriz, construção que remonta ao século XIX e que foi erguida no local onde já existia uma capela em homenagem à Virgem. Outra importante construção é a capela de São José, que possui duas pequenas torres e uma fachada simples, com altar datado do final do século XIX. A Casa da Cultura, que abriga uma importante coleção de literatura da região, o Centro de Artesanato, que congrega o melhor do artesanato marajoara, e o mercado municipal, são três importantes pontos representativos da cultura local e que não podem deixar de ser mencionados.

O acesso a Soure é realizado, principalmente, por via fluvial e rodo-fluvial, mas também é possível chegar à cidade por meio de pequenos aviões fretados. A travessia fluvial é feita por *ferry-boat* que sai do porto de Icoaraci (distrito de Belém), com destino ao porto de Camará onde se segue de carro até Salvaterra e se atravessa, de balsa ou pequenas embarcações, o rio Paracauari, divisa entre os municípios de Soure e Salvaterra.

O turismo rural surge como uma alternativa para tentar viabilizar a sustentabilidade econômica dos empreendimentos, rurais representados pelas fazendas marajoaras, em um momento em que precisavam aumentar a capacidade de poupança ou de crédito para a tecnificação da produção (XIMENES, apud HOSHINO, 2007).

O aparelhamento das fazendas de criação de gado para receber turistas é fruto do desenvolvimento dos programas de incentivo ao turismo rural incentivados pelo Governo do Estado através da PARATUR. Assim, além dos estabelecimentos urbanos, a região tem contado com os estabelecimentos rurais, hoje habilitados a hospedar turistas. Quando da avaliação realizada para a elaboração do PDT-PA, o que existia eram estabelecimentos com potencial e interesse para o turismo rural. Hoje são 02 empreendimentos habilitados.

Em nível de equipamentos e utilização turística o município de Soure, de acordo com o diagnóstico apresentado pelo PDT-PA (2000) apresentava a existência de 9 (nove) hotéis e 11 (onze) restaurantes em 2000. Atualmente, o município conta com 13 equipamentos de meios de hospedagem sendo 07 pousadas, 04 hotéis e 02 fazendas; e, 11 restaurantes. (INVENTARIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SOURE, 2007). De acordo com a PARATUR (INDICADORES, 2007), o município de Soure dispõe de 177 UH e 475 leitos.

O município se destaca por possuir uma Secretaria Municipal de Turismo que mantém um CIT (Centro de Informações Turísticas), e através deste, disponibiliza aos turistas e visitantes informações sobre a cidade. Apesar dos esforços, a secretaria possui algumas limitações como escassez de material informativo e de orientação sobre a cidade e região, tais como folders e mapas, postais e *souvenirs* para serem vendidos como lembrança da cidade, programas de passeios nos principais pontos turísticos, guia de bares e restaurantes, etc. (MENDONÇA e CORRÊA, 2007).

Analisando-se o cenário apresentado, pode-se inferir que a partir dos dados apresentados quanto ao PIB não fica clara a participação da atividade do turismo. No entanto, pode-se perceber igualmente forte tendência ao deslocamento de pessoas para esse destino, apesar das dificuldades técnicas e logísticas de transporte.

4.2.2 Salvaterra

DEMOGRAFIA

Instituído enquanto município no ano de 1961 está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 78,1 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 1.043,5 km² e densidade demográfica 16,37 hab/km².⁸ Sua população total no ano 2000 era de 15.118 habitantes, sendo 8.651 na zona urbana e 6.467 na zona rural. Para o ano de 2007, a população total foi de 17.077

⁸ Adaptado de PNUD, Atlas, 2003 e SEPOF 2008.

habitantes, sendo 11.498 na zona urbana e 5.579 na zona rural. Assim como no município de Soure, esse maior crescimento da população urbana em relação à rural pode ser atribuído ao êxodo rural em função de maiores condições de trabalho na cidade, principalmente através do setor de serviços que tem apresentado significativo crescimento, conforme se observa na tabela 14, abaixo:

Tabela 14 - Dados Demográficos de Salvaterra, 2000 e 2007.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Área	Densidade demográfica
2000	15.118	8.651	6.467	1.043,50	14,42
2007	17.077	11.498	5.579	1.043,50	16,37

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

A distribuição da população por unidades domiciliares em Salvaterra para o período 2000 – 2007, bem como a situação desses domicílios em relação ao fornecimento de energia elétrica e água estão representados nas tabelas 15 e 16, a seguir. Essas informações sintetizam resultados positivos em relação a esse quesito.

Tabela 15 - Habitantes por Unidades Domiciliares em Salvaterra, 2000 e 2007.

Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes/Unidades Domiciliares
2000	15.118	3.214	4,70
2007	17.077	5.863	2,91

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

Tabela 16 - Número da população com abastecimento de água e energia elétrica em Salvaterra, 2000 e 2007

Abastecimento de Água e Energia Elétrica em Salvaterra, 2000 - 2007.				
CONSUMIDORES				
	2.000		2.007	
	Energia	Água	Energia	Água
Residencial	2.225	1.131	4.605	1.032
Comercial	170	56	385	28
Industrial	4	-	2	-
Outros	71	-	267	44
Total	2.470	1.187	5.259	1.104

Fonte: Adaptado SEPOF 2008

A relação habitantes/unidades domiciliares é bastante favorável e representa um aumento qualitativo das condições de vida da população, uma vez que o número de unidades habitacionais quase duplicou e, inversamente, o número de habitantes/unidades domiciliares diminuiu a quase metade.

Em relação ao abastecimento de energia, observando-se a evolução no intervalo 2000 - 2007 e considerando-se os setores residencial, comercial, industrial e outros, pode-se afirmar que para todos houve um acréscimo, à exceção do Industrial que teve redução de 50% de 2000 a 2007. O crescimento foi significativo e excedeu os 100% para todos os setores para o período 2000 – 2007, respectivamente, 104%, 113% e 188%, residencial, comercial e outros. Tal constatação além de sugerir uma melhora na qualidade de vida de parcela significativa da população que antes vivia à margem desse benefício, também pode ser um reflexo do estabelecimento de novos empreendimentos característicos desses setores e que podem estar relacionados ao turismo.

Em relação ao abastecimento de água em Salvaterra, observa-se em relação ao consumo nos setores residencial e comercial um decréscimo no período 2000 – 2007 e, em relação ao setor industrial, não se observou nenhum registro para o período em análise.

A taxa de urbanização do município também deve ser considerada e representa efeitos positivos para a população uma vez que houve um aumento de 57,22 (em 2000) para 67,33 (2007), segundo dados do IBGE, adaptados de SEPOF 2008.

EDUCAÇÃO

A educação no município de Salvaterra ainda recebe pouca atenção e seus estabelecimentos de ensino se concentram na esfera municipal e para o ensino infantil, representados pelo pré-escolar e fundamental, sendo que este último apresentou um crescimento quantitativo de 07 estabelecimentos no período 2000 – 2006, conforme tabela 17.

Tabela 17 - Estabelecimentos Educacionais e Índice de Matrículas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, Salvaterra, 2000 e 2006.

Ano	Graus	Estab. Fed.	Matric. Fed.	Estab. Estadual	Matric. Estadual	Estab. Municipal	Matric. Municipal	Estab. Partic.	Matric. Partic.	Total Estab.	Total Matric.
2000	Pré Escolar	40	1.216	40	1.216
	Ensino Fundamental	30	4.146	30	4.146
	Ensino Médio	1	659	1	659
2006	Pré Escolar	40	1.395	40	1.395
	Ensino Fundamental	37	4.415	37	4.415
	Ensino Médio	2	984	2	984

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

O aproveitamento dos estabelecimentos de ensino por parte da população, pode ser observado ao se constatar o crescimento no número de matrículas tanto nos estabelecimentos estaduais quanto nos municipais, bem como a participação de expressivo número de matriculados no ensino médio estadual. Essas informações revelam a sensibilização da população em relação à formação escolar e suas maiores condições de inserção no mercado de trabalho. Assim como em Soure, não existem estabelecimentos nem da esfera federal nem da esfera particular cadastrados no município, ficando a educação a cargo do município e do estado.

A existência de bibliotecas e laboratórios de informática pode ser observada através da tabela 18.

Tabela 18 – Bibliotecas e Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, Salvaterra, 2000 e 2006.

Ano	Graus	Biblio. Estad.	Lab. Estad.	Biblio. Mun.	Lab. Mun.	Total Biblio.	Total Lab.
2000	Ensino Fundamental	2	1	2	1
	Ensino Médio	1	1	...
2006	Ensino Fundamental	6	...	6	...
	Ensino Médio	2	1	2	1

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

Ainda é muito baixo o número de bibliotecas no município de Salvaterra. Entretanto, vale ressaltar o crescimento na esfera municipal que passou de 2 para 6 bibliotecas no período 2000 – 2006 para o ensino fundamental e de 1 para 2 na esfera estadual para o ensino médio. Mais bibliotecas representam um maior número de leitores e uma população mais informada e preparada para o mercado competitivo da atualidade. Já em relação aos laboratórios de informática houve estagnação com apenas 1 laboratório municipal para o ensino fundamental e um estadual para o ensino médio.

EMPREGO

Tabela 19 - Número de estabelecimentos com vínculo empregatício e estoque de empregos segundo Setor de Atividade Econômica, Salvaterra, 2000 – 2006

Setor de atividade	Nº de Estabelecimentos 2.000	Estoque de Empregos 2000	Nº de Estabelecimentos 2.006	Estoque de Empregos 2006
Comércio	9	22	15	34
Serviços	5	38	9	56
Administração Pública	1	254	2	754
Agropecuária	2	4	6	29
Total	17	318	32	873

Fonte: Adaptado de SEPOF 2008

Observa-se que o comércio e o setor de serviços foram os setores que mais se destacaram em número de estabelecimentos com vínculo empregatício no

período de 2000 a 2006. Essa constatação nos leva a afirmar um maior número de pessoas empregadas nesses setores e o predomínio de pessoas empregadas na zona urbana, onde esses setores predominam.

Assim como em Soure, embora não se possa determinar a partir desses dados a correlação direta com o turismo, pode-se afirmar que o mesmo está inserido no setor de serviços e, portanto, pode ter influenciado esse acréscimo de estabelecimentos no setor através de equipamentos como meios de hospedagem e de alimentação, fundamentais para a existência do turismo e enquadrados naquele setor.

Vale destacar ainda que, acerca da agropecuária, o número de estabelecimentos passou de 2 para 6, respectivamente, em 2000 e 2006. Esses empreendimentos podem estar relacionados às políticas de incentivo ao turismo rural adotadas nesse período pelo governo do estado para a região.

Em relação ao estoque de empregos segundo setor de atividade econômica, observa-se que, embora os setores com maior número de estabelecimentos com vínculo empregatício sejam o comércio e os serviços, é na administração pública que se concentra o maior estoque de empregos. Outra importante constatação é que, diferentemente de Soure, a agropecuária também apresentou crescimento na sua taxa de empregabilidade para o período de 2000 a 2006. O aumento da taxa de ocupação em todos os setores, conforme foi evidenciado, reflete em melhores condições de vida para a população de Salvaterra.

IDHM

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Salvaterra, pode-se fazer uma leitura da situação do município no ano 2000, conforme tabela 20.

Tabela 20 - IDHM de Salvaterra, 2000

	2000
Longevidade	0,745
Educação	0,856
Renda	0,544
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	0,715

Fonte: Adaptado de PNUD (2003, Atlas)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Salvaterra para o ano 2000 foi de 0,715, sendo a educação o item de maior valor e a renda o de menor. A longevidade é relativamente boa, o que pode ser um reflexo de boas condições de saúde e, conseqüentemente, de vida da população. Embora o município de Salvaterra esteja entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), de acordo com a classificação do PNUD, o município apresenta uma forte concentração de renda identificada através do elevado Índice de Gini da região para o mesmo período: 0,56.

Caracterização econômica:

O município de Salvaterra apresentou crescimento no seu PIB nos três setores em análise para o período 2000-2005: agropecuário, indústria e serviços. A base econômica continuou sendo o setor de serviços, conforme se observa através da tabela 21. Segundo os dados, pode-se aferir que a produção aumentou em todos os setores e que o maior consumo pode estar diretamente relacionado a um possível aumento de renda, embora não signifique equidade na distribuição da mesma.

Tabela 21 - Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor, 2000 e 2005.

	2000	2005
Valor adicionado na agropecuária	6.582	8.557
Valor adicionado na Indústria	2.067	3.317
Valor adicionado no Serviço	19.290	28.871
PIB a preço de mercado corrente	27.939	40.745

Fonte: Adaptado de IBGE

A renda per capita média de Salvaterra em 2000 era de (R\$) 101,4.⁹ Esse valor é muito baixo e pode comprometer a qualidade de vida da população. Como não existem dados sobre a renda para o ano 2005, não se pode afirmar se houve ou não melhoria nesse quesito, nem se o PIB tenha tido esse aumento de 36%, no período de 2000 a 2005, em função da renda.

Caracterização turística:

Salvaterra é o segundo destino prioritário para as ações de fomento ao turismo para o Pólo Marajó. Compõe, em conjunto com Soure, o roteiro internacional “Amazônia do Marajó” e em função da proximidade com aquele município tem se beneficiado turisticamente através de alguns roteiros integrados. Embora possua Secretaria Municipal de Turismo, ainda não conseguiu estruturar um CIT aos moldes de Soure, embora exista um projeto para a construção de um em um dos quiosques da praça principal da cidade, a Praça Magalhães Barata. Destaca-se por seus atrativos naturais, com especial atenção para a praia Grande de Joanes, praia de água salobra, uma das peculiaridades das praias marajoaras. A quantidade de ilhas e igarapés complementam o cenário.

Propícia ao turismo rural, conta com fazendas centenárias que agora estão se capacitando para a prática turística e diversificando seus produtos. A maioria se localiza em áreas de campos, que ocupam cerca de 30% de Salvaterra. Durante a época de cheias tornam-se alagados. Há regiões que ficam inacessíveis. Apenas os búfalos e os cavalos marajoaras conseguem transitar.

Os furos, localizados na extensão do rio Paracauary, expõem belas peças naturais. É possível observar várias espécies de pássaros, como araras, tucanos, garças, guarás, papagaios e periquitos, além de diversos outros animais como macacos e cobras. Navegáveis apenas por canoas na maré alta, os caminhos são de curvas sinuosas e estreitas, com grandes raízes de mangue.

⁹ Fonte: PNUD (2003)

Em Salvaterra também se pode observar marcantes traços da cultura marajoara e construções históricas que retratam a memória local, como é o caso da igreja de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, construída em 1911. Outras importantes construções religiosas são a Igreja de São Francisco, construída pelos espanhóis em época desconhecida, talvez anterior ao ano de 1867 e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada em Joanes, que desperta a curiosidade dos visitantes por manter em seu interior uma imagem da Santa, esculpida em madeira, com 1,5 m de altura.

O quadro de oferta hoteleira no município de Salvaterra em 2002, não contava nenhum estabelecimento cadastrado, embora apresentasse 08 estabelecimentos não cadastrados que totalizavam 100 unidades habitacionais e 260 leitos. (INDICADORES, 2002). Atualmente, em termos de meios de hospedagem, Salvaterra apresenta 16 empreendimentos sendo 13 pousadas, 02 hotéis e 01 fazenda. Em relação aos serviços de alimentação, tem-se o registro de 20 restaurantes. (INVENTARIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SALVATERRA, 2007).

4.2.3 Municípios arredores: Cachoeira do Arari, Chaves, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Muaná.

Embora esses municípios façam parte do Pólo Marajó, ainda não possuem demanda nem infra-estrutura turística para se destacarem como municípios prioritários para as ações de incremento ao turismo. A atividade praticamente inexistente nessas localidades. Essa afirmativa se confirma por meio de consulta ao PDT-PA (2001). Apesar dessa realidade, para fins de contextualização, far-se-á uma síntese acerca desses municípios apresentando suas principais características geográficas e turísticas.

Cachoeira do Arari

Instituído enquanto município no ano de 1935 está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 71,0 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 3.116,0 km² e densidade demográfica 5,1 hab/km². (PNUD, Atlas, 2003). Seu principal acesso é feito por via fluvial e a viagem, a partir

de Belém, tem duração média de 8 horas. A comunicação aérea é feita através de aviões monomotores fretados e tem duração média de 25 minutos de voo.

Seu atrativo turístico é o Museu do Marajó que expõe coleções de cerâmica marajoara pré-colombiana e folclore marajoara. Pode ser atingida por estrada de terra a partir do porto de Camará, em Salvaterra. (PARATUR, 2001). A infraestrutura hoteleira e de alimentação é deficiente e não existem registros oficiais quanto ao número de estabelecimentos cadastrados.

Chaves

Instituído enquanto município no ano de 1755 está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 218,9 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 13.143,9 km² e densidade demográfica 1,3 hab/km². (PNUD, Atlas, 2003).

Ponta de Pedras

Instituído enquanto município no ano de 1877 está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 41,4 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 3.380,3 km² e densidade demográfica 5,5 hab/km². (PNUD, Atlas, 2003).

O acesso a Ponta de Pedras também é por via fluvial, num percurso de 3 horas desde Belém. O acesso aéreo, de 15 minutos, é possível através de vôos fretados. É a cidade marajoara mais próxima da capital do Estado. Divide com os municípios de Anajás e Chaves o privilégio de possuir em seu território os últimos sítios arqueológicos de cultura marajoara, matéria-prima considerável como atrativo para turismo cultural. A praia de Mangabeira voltada para o nascente na baía de Marajó figura no circuito de veraneio do Estado do Pará. Em Ponta de Pedras existem 4 pequenos hotéis e 6 restaurantes e lanchonetes.

Santa Cruz do Arari

Instituído enquanto município no ano de 1961 está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 115,4 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 1.079,5 km² e densidade demográfica 4,9 hab/km². (PNUD, Atlas, 2003).

Muaná

Instituído enquanto município no ano de 1833 está localizado na Mesorregião do Marajó, Microrregião da Arari, e dista 79,6 Km da capital Belém. Possui uma área territorial de 3.782,4 km² e densidade demográfica 6,7 hab/km². (PNUD, Atlas, 2003).

Para se chegar a Muaná o percurso fluvial é de 5 horas a partir de Belém. Por via aérea o percurso é de 30 minutos através de aviões monomotores fretados. Seu principal atrativo é o festival gastronômico à base de camarão de água doce. Tem potencial histórico considerável por ter sido o local onde foi proclamada a primeira vez a adesão do Pará à independência do Pará, em 1823. Em Muaná existem 2 pousadas ainda mais simples e 4 bares e restaurantes.

4.2.4 Resumo dos Principais Indicadores Socioeconômicos Municipais de Cachoeira do Arari, Chaves, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Muaná.

A situação socioeconômica desses municípios pode ser visualizada por meio da leitura dos respectivos indicadores sociais e econômicos organizados nas tabelas apresentadas em apêndice. As informações são relativas à população, ao abastecimento de energia elétrica, ao abastecimento de água, ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), ao produto interno bruto (PIB) tanto a preços correntes quanto per capita, à participação do município por setor da economia, e à desigualdade na distribuição da renda, conforme segue.

DEMOGRAFIA

Em relação à população dos municípios em tela, pode-se abstrair que a mesma apresenta em crescimento médio de 2.366 habitantes nos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves e Ponta de Pedras para o período 2000 - 2007. O município de Santa Cruz do Arari apresentou um crescimento significativamente menor em relação à média de crescimento dos três anteriores, na ordem de 666 habitantes. E o município de Muaná não possui indicador populacional para o ano de 2007, o que impossibilitou fazer o comparativo.

Em todos os casos, excetuando-se o município de Santa Cruz do Arari, houve crescimento proporcional tanto na zona urbana quanto na zona rural para ambos os municípios. Para Santa Cruz do Arari, entretanto, a população rural apresentou um pequeno decréscimo no ano de 2007 em relação a 2000. Esse decréscimo pode estar associado a vários fatores dentre os quais o êxodo rural, diminuição da taxa de natalidade e aumento da taxa de mortalidade. Sobre esse município, vale ressaltar que é o segundo município de menor concentração populacional, perdendo apenas para Chaves, com densidade demográfica 1,3 hab/km.

Observa-se que para o período 2000 – 2007, houve aumento no número de unidades domiciliares e diminuição no número de habitantes por unidades habitacionais. Associado a esse fato, observou-se que o consumo de energia elétrica aumentou em todos os setores e para todos os municípios no período 2000 – 2007, sendo que os municípios com maior e menor consumo de energia elétrica, respectivamente, são Ponta de Pedras e Chaves, com um total de 3.006 e 480 em 2006. O consumo de água se destacou nos municípios de Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari, sendo o setor residencial o de maior incidência.

Outra importante constatação está relacionada ao expressivo crescimento na taxa de urbanização para todos os municípios, exceto Ponta de Pedras que apresentou pequeno índice de crescimento. Esse crescimento é reflexo de maiores investimentos e crescimento econômico local. Maior urbanização pode ser traduzida como uma maior condição de infra-estrutura física e social e, conseqüentemente,

influir para o desenvolvimento social da comunidade.

EDUCAÇÃO

O número de estabelecimentos escolares é pequeno e concentra-se nas esferas estadual e municipal, sendo que nenhum estabelecimento foi registrado nem na esfera federal nem na iniciativa privada para nenhum momento do período em análise, a saber, 2000 – 2006. Entretanto, pode-se observar um relativo incremento nesse índice no que tange aos estabelecimentos públicos estaduais e municipais.

Em função da não existência de estabelecimentos de ensino tanto federal quanto particular para os três graus de ensinos, a participação escolar se concentra nas esferas estadual e municipal, conforme observado através dos dados pertinentes a matrícula. Curioso e preocupante foi a redução de matrículas registradas no município de Chaves para o ensino médio no período 2000 – 2006, que passou de 1499 para apenas 109 matriculados.

Observa-se que os municípios analisados são carentes em termos de bibliotecas e que as mesmas se encontram concentradas nas esferas estadual e municipal, com foco nos ensinos fundamental e médio, e com média de 01 (uma) biblioteca por nível de ensino.

A carência em termos de laboratórios de informática é ainda maior que a de bibliotecas, fato que reflete uma população tecnologicamente pouco preparada e conseqüentemente, desfavorecida em relação a um mercado competitivo e direcionado às inovações tecnológicas.

EMPREGO

O número de estabelecimentos, em uma análise geral, cresceu em todos os municípios para o período 2000 – 2006. A concentração, em todos eles, está no setor agropecuário, o que nos leva a inferir que a participação da atividade turística, inserida no setor de serviços, ainda é incipiente nos municípios em tela.

Com exceção do município de Santa Cruz do Arari, a taxa de empregos

cresceu de forma considerável em todos os municípios para o período 2000 – 2006. A concentração de estoques de empregos está nos setores da administração pública e da agropecuária, o que ratifica a pequena participação do setor turístico nesses municípios.

Com exceção do município de Chaves, que apresentou IDHM de 0,581, todos os demais ficaram com índice médio variando na casa de 0,6. Em todo o caso todos os cinco municípios são considerados como de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), de acordo com a classificação do PNUD (2003).

IDHM

Em relação à análise social pautada no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal não foi possível se analisar o período de 2000 - 2007, uma vez que não existe esse indicador para esse período. Em todo caso, é interessante a apresentação da situação dos municípios para esse quesito ainda que apenas para o ano de 2000 uma vez que associado a outros indicadores e com base em ações sociais desenvolvidas ao longo do período, pode-se fazer uma prospecção dessa realidade.

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios foi avaliado para o período 2000 – 2005 a preços correntes e per capita. Com exceção do município de Chaves, todos os demais apresentaram aumento no seu PIB a preços correntes, sendo os municípios de Muaná e de Ponta de Pedras os que mais se destacaram com aumentos na ordem de 13.748 e 7.048, respectivamente.

A participação dos municípios em relação ao setor de atividade apresenta o predomínio de ambos para o setor de serviços no ano de 2005, com exceção do município de Chaves que não possui indicador para esse ano de referência. Vale ressaltar que o segundo setor em importância de participação é o agropecuário e o terceiro o da indústria.

O predomínio do setor de serviços na realidade marajoara se dá principalmente em função do comércio e não ao que se possa imaginar em função do turismo, atividade recente e incipiente na economia local desses municípios. Essa afirmativa não consta em dados secundários levantados para efeitos desta pesquisa, mas é fruto da observação participante da pesquisadora na região.

A desigualdade de renda observada nos municípios selecionados revela o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar per capita. A maior discrepância é observada quando se faz a leitura da relação entre os 10% + ricos / 40% + pobres da mesma distribuição. O grau de desigualdade medido em segunda instância entre os 20% + ricos / 40% + pobres da mesma distribuição também é alto. Para efeitos desta pesquisa, considerou-se relevante incluir neste quesito os municípios de Soure e Salvaterra. Assim, os municípios de maior desigualdade são os municípios de Cachoeira do Arari, com Índice de Gini igual a 0,76 e Soure, com 0,6. Muaná, Ponta de Pedras e Santa Cruz possuem indicadores semelhantes que variam entre 0,58 e 0,56. O município de menor desigualdade é o de Chaves, com 0,53.

De acordo com o PNUD (2003) os valores de referência são 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), e 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Assim, pode-se afirmar que entre os municípios selecionados os de Cachoeira do Arari e o de Soure são os de maior desigualdade de renda, e o de Chaves o de menor desigualdade, próximo a um nível médio, segundo a classificação do PNUD (2003).

4.3 Avaliação do Pólo Turístico como instrumento de Desenvolvimento Econômico e Social

Como ficou evidenciado ao longo desta pesquisa, para que um pólo turístico atinja o seu objetivo, é preciso que a atividade desenvolvida na “unidade motriz” dinamize a economia da região e através de ondas concêntricas proporcione desenvolvimento às unidades circunvizinhas e integrantes do pólo. A cadeia produtiva deve estar integrada e os efeitos multiplicadores devem ser sentidos pelo conjunto da sociedade. Complementarmente, para que ocorra desenvolvimento e

não apenas crescimento, os frutos da atividade devem ser equitativamente distribuídos e a comunidade receptora envolvida no processo produtivo.

O Pólo Turístico do Marajó, objeto analisado nesta pesquisa, apresenta características singulares e ações para o incremento da atividade turística que merecem destaque pelos seus resultados apresentados a partir de documentos e relatórios elaborados com esse fito pelo Governo do Estado como o PDT – PA (2000) e relatórios da PARATUR e da FADESP.

Além das características e do potencial turístico de Soure e Salvaterra, o PDT – PA (2000) também apresenta outras informações pertinentes aos dois municípios de forma conjunta como é o caso da demanda e dos pacotes turísticos comercializados. Nesse estudo foi identificado que 74% dos pacotes turísticos comercializados para o Marajó têm como destino os municípios de Soure e Salvaterra. Os demais destinos comercializados naquela época eram a Ilha de Mexiana (11%), a Reserva de Caxiuanã (11%) e a Ilha Caviana (4%). Em termos de oferta de pacotes turísticos para o Estado do Pará naquele ano, o Pólo Marajó ocupava o 3º lugar com 17% da oferta total e o 5º lugar em capacidade hoteleira com 6% da oferta estadual.

Resultados de ações e projetos desenvolvidos nessa região também merecem destaque, como é o caso do Projeto Amazônia do Marajó (2005), onde se observa como resultados positivos a evolução quantitativa de fazendas que diversificaram suas ofertas e aderiram ao turismo. Em 2000 havia apenas 3 (três) fazendas abertas à visitação na região; em 2002, eram mais de 12 pequenos empreendimentos que começavam a trabalhar com a atividade turística (IGNARRA, 2007).

O Projeto (“Turismo Amazônia do Marajó”, 2005) foi desenvolvido nos municípios de Soure e Salvaterra e teve como público alvo empresários e empreendedores do setor hoteleiro, gastronômico e receptivo turístico, e, artesãos organizados em grupos, associações e cooperativas que integram o roteiro. Beneficiou 31 empresas e 84 empreendedores e obteve como resultados aumento em 4% da taxa média de ocupação; incremento de 70% na renda dos artesãos;

criação dos grupos gestores dos municípios de Soure e Salvaterra; criação e adequação de 221 produtos artesanais de tipologias diversas: cerâmica, couro, bordado, madeira e resíduos da floresta; e, roteiros turísticos para a Vila de Pesqueiro: o Passeio de Canoa no Igarapé da Andiroba; a Caminhada no Mangue; a Pesca de Rabiola; o Passeio de Búfalo; a História da Vila de Pesqueiro e o Luau na Praia. (IGNARRA, 2007).

Após um ano de execução do Projeto a PARATUR contratou a FADESP para fazer a reavaliação dos roteiros internacionais: Amazônia do Marajó, Amazônia Quilombola e Amazônia do Tapajós Selva e História. A análise desse documento se faz importante para efeitos desta pesquisa, uma vez que apresenta resultados de ações desenvolvidas, além de propostas de novas ações.

Àquele momento, para a realização do roteiro, que tem início na Vila de Pesqueiro, era necessário contactar previamente a ASPESQ – Associação de Pescadores do Pesqueiro, ou a ASMUPESQ – Associação de Mulheres da Vila de Pesqueiro, organizações parceiras do SEBRAE na operacionalização do roteiro. (FADESP, 2006).

Tal fato acarreta tanto efeitos positivos quanto negativos. Se configura em um ponto forte a participação direta da comunidade que tem a oportunidade de se beneficiar de forma efetiva da atividade turística através de novos empreendimentos advindos dessa atividade econômica. Por outro lado, se configura em ponto fraco a dificuldade estrutural da comunidade em operacionalizar o roteiro, fato que acarreta em um sub aproveitamento do roteiro, uma vez que não existe um sistema organizado e todos os contatos e negociações ficam restritos às associações.

De acordo com a avaliação da FADESP (2006) a comunidade estava receptiva ao projeto, participando dos cursos de qualificação ministrados pelo SEBRAE e relatando melhorias sazonais na renda familiar a partir do turismo.

Em 2007 nova reavaliação do roteiro foi realizada por equipe técnica da PARATUR. Assim, foram realizadas novas visitas *in loco* aos roteiros, às agências

que comercializam o Marajó, e ao Sebrae, que desenvolveu, em parceria com a PARATUR, o Projeto “Turismo Amazônia do Marajó”.

As conclusões preliminares da reavaliação realizada em 2007 apontam tanto melhorias quanto dificuldades persistentes. Algumas evoluções observadas são fruto do Projeto “Turismo Amazônia do Marajó”. Entretanto, algumas dificuldades anteriormente já identificadas no diagnóstico do PDT-PA se mantêm, fato que demonstra o baixo nível de evolução estrutural para o pleno desenvolvimento turístico dos municípios prioritários do Pólo Marajó e integrantes do roteiro internacional Amazônia do Marajó, a saber, Soure e Salvaterra.

O acesso para esses municípios continua sendo majoritariamente o fluvial, realizado pelas empresas Arapari Navegações, Henvil Transportes e Banav, sendo que a Arapari Navegações e a Banav operam com navios e a Henvil com Ferry-boats (balsas). As embarcações se encontram em condições precárias, sem o mínimo de conforto, com aspecto sujo, assentos desconfortáveis, ausência de compartimentos para armazenar bagagens, banheiros sem condições de uso, além disso, se apresentam inadequados para portadores de necessidades especiais. O terminal de passageiros tanto de Icoaraci quanto da Companhia Docas do Pará não são organizados quanto ao embarque e desembarque, o espaço é pequeno para a demanda, existe uma deficiência na fiscalização de bagagens e pessoas.

A necessidade de embarcações novas e adequadas, bem como maior quantidade de viagens para atender a constante demanda que viaja rotineiramente para o Marajó, mas principalmente para atender a demanda turística que é em grande parte européia e também de fora do Estado, se faz urgente.

O acesso do Porto do Camará até Salvaterra é feito através de 27 km de estrada pavimentada que atualmente se encontra bastante deteriorada, necessitando de reparos. O trajeto tem a duração média de 25 minutos. De Salvaterra para Soure o acesso é feito por via fluvial, pela travessia do rio Paracauari, através de balsa com horários pré-determinados, de bote ou de rabeta. De balsa a travessia dura por volta de 10 minutos; a travessia de bote dura em torno de 20 minutos, pois este atravessa para o Centro de Salvaterra; de rabeta a

travessia é bem mais rápida durando em torno de 5 minutos, tendo disponibilidade de 24 horas. Algumas embarcações que fazem o transporte Soure-Salvaterra também apresentam deficiências, a exemplo dos botes que operam sem equipamentos de segurança (salva-vidas), colocando em risco a vida de quem utiliza tais transportes.

O transporte interno é outro entrave enfrentado pelos dois municípios, sendo que a maior dificuldade é a escassez de ônibus, táxis e vans. Os ônibus de linha estão bastante deteriorados, mas cobram preços elevados apesar das condições precárias. Os táxis da mesma forma cobram altos preços principalmente dos turistas.

Outra importante questão é a sinalização turística dos atrativos que está bastante comprometida se resumindo a placas indicando a entrada para as principais praias. A Vila de Pesqueiro, não possui nenhuma placa indicando a sua entrada.

Os serviços prestados pelos meios de hospedagem apresentaram maior nível de qualidade, além de estrutura física adequada, em relação ao observado em 2001. Essa evolução é fruto da série de cursos de capacitação promovida pelo SEBRAE nos municípios de Soure e Salvaterra, que embora tenha obtido esse crescimento, ainda apresentam algumas deficiências, tais como a atuação de forma ilegal de algumas empresas, a carência de mão de obra qualificada, baixo padrão de qualidade no atendimento, a falta de higiene e de utensílios nos serviços de alimentação em alguns empreendimentos, bem como em relação às roupas de cama, toalhas de banho e de mesa, preços elevados e não condizentes com os serviços prestados.

Os serviços de alimentação como restaurantes, bares e lanchonetes ainda são bastante escassos nos municípios de Soure e Salvaterra, estando em sua grande maioria restritos aos meios de hospedagem. Atualmente existem poucos restaurantes prestando bons serviços nesses municípios, se mostrando como uma grande dificuldade encontrada por turistas que visitam o Marajó. Os empreendimentos que prestam bons serviços são os que fizeram capacitação pelo Sebrae. Os principais problemas identificados nesses empreendimentos estão

relacionados aos altos preços praticados, a baixa qualidade no atendimento aos clientes, a falta de higiene das cozinhas e na manipulação dos alimentos.

Tem-se, pois, um cenário potencial ao turismo, mas que mesmo diante de várias análises de mercado, que identificaram ameaças e qualidades, bem como propuseram ações para efeitos de minimização dos problemas; mesmo com a execução dessas ações pelos órgãos competentes, que sensibilizaram, treinaram e capacitaram a comunidade; mesmo com o envolvimento desta e do trade turístico e do poder público, ainda se encontra deficitária e em lento processo de evolução.

Dessa forma, pode-se abstrair a partir da análise dos dados e informações apresentadas referentes ao pólo Marajó que:

- O Pólo Marajó, com destaque para os municípios de Soure e Salvaterra, possui destacada vocação para o turismo em função da beleza cênica natural e pela incontestável possibilidade de aproveitamento tanto para o ecoturismo quanto para o turismo rural, segmentos bastante demandados na atualidade. Entretanto, esse potencial está prejudicado em função, principalmente, das estruturas de acesso impróprias para o desenvolvimento da atividade turística;
- O turismo, embora tenha sofrido consideráveis avanços desde 2001 até o presente momento, ainda não se constitui em atividade econômica principal nesse pólo. A participação dos municípios analisados na economia da região está predominantemente empregada no setor de serviços, seguido pela agropecuária e pela indústria. Embora o turismo situe-se no setor de serviços tem-se no comércio a principal participação em relação à atividade de destaque desse setor;
- As atividades e ações específicas para o incremento do turismo na região, bem como os efeitos e resultados da dinamização da atividade nessas localidades, ainda está marcadamente concentrada nos municípios prioritários de Soure e Salvaterra. A influência direta do turismo nos demais municípios é mínima, sendo que a influência que ainda se abstrai é a utilização da mão-de-obra que ocorre, principalmente, através do êxodo para aqueles municípios em busca de melhores condições;

- A participação da população local na atividade turística não se dá de forma efetiva e qualitativa. Embora novos postos de trabalho tenham sido criados através do estabelecimento de novos equipamentos como os de alimentação e os de hospedagem, bem como ampliação de equipamentos antigos, o número de pessoas empregadas é muito pequeno se comparado a outras atividades e ao todo da população. Além disso, a remuneração é muito baixa e o enquadramento dos residentes locais, pouco qualificados, se dá, principalmente, nos postos de mais baixa remuneração;

- O grau de sensibilização da população quanto ao turismo é razoável, principalmente, em Soure e Salvaterra, onde as ações da PARATUR e do SEBRAE, além do acompanhamento das instâncias de governança locais e do comitê gestor, se dão de forma mais intensa. Entretanto, quando se trata de qualificação da mão-de-obra e capacitação para o enquadramento dos residentes locais na atividade, ainda se observa uma concentração dessas ações nos equipamentos de hospedagem, em especial nos empreendimentos rurais;

- A existência de projetos, em âmbito público ou privado, para a inserção da comunidade receptora no processo de desenvolvimento turístico da região ainda é considerada deficiente e restrita à qualificação daqueles já empregados;

- O efeito multiplicador do turismo na localidade ainda não é observado de forma latente e nem a iniciativa pública nem a iniciativa privada tem adotado medidas para a maximização do seu efeito;

Assim, tem-se que a divisão espacial do turismo em pólos de desenvolvimento, especificamente na realidade marajoara, não tem cumprido com a sua função original de propulsor de desenvolvimento para as localidades associadas. As vantagens sociais e econômicas que deveriam ser observadas a partir do advento da atividade turísticas tanto para as “unidades motrizes” quanto para os municípios vizinhos como incremento e distribuição de renda, incremento do nível educacional e das condições de saúde não foram percebidos no decorrer desta pesquisa o que evidencia a necessidade de repensar a aplicabilidade prática dessa

estratégia no planejamento das políticas públicas de turismo para a região do Marajó.

A dificuldade observada no pólo turístico do Marajó enquanto elemento de desenvolvimento através da atividade turística pode ter sido em função da própria estrutura social, econômica e cultural da localidade, bem como da ainda recente descoberta do turismo como fonte de renda e desenvolvimento regional tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada e comunidade local. Destarte, a analogia desse resultado a outra região pode ser precipitada e equivocada, o que nos leva a sugerir que análises sejam realizadas caso a caso com a finalidade de não se incorrer em um erro técnico de análise da política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se a revisão da literatura referente à relação turismo e desenvolvimento regional e contextualizando-se esse arcabouço conceitual à realidade marajoara, constatou-se que a divisão espacial do turismo em pólos de desenvolvimento turístico, não alcançou o objetivo a que se propunha, a saber, gerar desenvolvimento social e econômico para as localidades envolvidas a partir do incremento da atividade nos municípios prioritários de Soure e Salvaterra.

Essa dificuldade pode estar relacionada ao fato de o turismo ser uma atividade do setor de serviços e não do setor industrial para o qual a teoria do crescimento polarizado proposta por Perroux foi inicialmente projetada.

Outra possibilidade pode residir no fato de o espaço temporal de análise ser muito curto, o que inviabiliza uma análise consistente para um resultado de médio e longo prazo, mais indicado para a avaliação de resultados de uma política pública, principalmente em se tratando de políticas para o desenvolvimento regional através do turismo.

Embora, com o instrumental desta pesquisa, não se possa afirmar com propriedade as causas pela qual a teoria do crescimento polarizado para o incremento do turismo e desenvolvimento regional não tenha sido eficiente, observa-se que políticas públicas de turismo baseadas nessa teoria não são as mais eficazes para a região do Marajó, conforme se observou ao longo do trabalho. Embora teoricamente a idéia seja positiva, na prática não se observou sua aplicabilidade.

Outrossim, embora não se possa afirmar com base em dados empíricos e para efeitos desta pesquisa, a literatura tem apontado que políticas públicas de turismo baseadas na teoria do desenvolvimento endógeno podem apresentar resultados mais satisfatórios.

No contexto do Pólo Marajó e das políticas públicas de turismo para a região através do PDT-PA, a teoria do desenvolvimento endógeno não é contemplada. Embora se possa observar a partir de ações posteriores a presença de elementos

que a identifiquem como a ênfase na inserção da comunidade local, maior autonomia de gestão para os municípios e interiorização do desenvolvimento. Todos esses elementos estão inseridos no Programa de Regionalização do Turismo e adotados pelo governo do Pará desde seu lançamento em 2005, portanto, ainda muito recente.

Sob uma perspectiva macro, pode-se afirmar acerca do objetivo primeiro desta dissertação, observar se o turismo é ou não capaz de gerar desenvolvimento socioeconômico para uma região, tendo como base de estudo o pólo turístico do Marajó, que o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento ainda não se configura em uma realidade para o espaço em análise, embora, a atividade ainda seja defendida pelo poder público e desejada pela comunidade como alternativa para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Essa afirmação é possível uma vez que o desenvolvimento regional tem por finalidade procurar soluções para os problemas criados pela dinâmica da economia global, especialmente no que respeita à atenuação de desequilíbrios espaciais e atingir seus objetivos fundamentais, dentre os quais o combate às assimetrias regionais, o aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenos das regiões, a promoção do ordenamento do território e a garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. Nenhum desses objetivos se concretizou no Pólo de Desenvolvimento Turístico do Marajó.

A comunidade tem buscado organização e engajamento político e social; o poder público tem oferecido ferramentas para concretização dessa realidade, mas a concretização do desenvolvimento ainda não aconteceu. Ainda assim, são louváveis iniciativas como as observadas no Pólo Marajó como a criação de fóruns, comitês gestores e associações; parcerias entre as iniciativas públicas e privadas; cursos oferecidos a empreendedores e comunidade em geral.

Dessa forma, esta dissertação não objetiva esgotar as discussões acerca da relação turismo e desenvolvimento, antes busca somar esforços para a geração de indicadores e informações que possam subsidiar outros pesquisadores em estudos

que visem conhecer e desmitificar os reais efeitos da atividade turística enquanto ferramenta socioeconômica de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correa de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e Políticas Públicas, Nº 14, dez. 1996 (IPEA).

_____. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. In: Planejamento e Políticas Públicas, Nº 23, jun. 2001 (IPEA).

BARBOSA, Luiz Gustavo M. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil**. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044545.pdf>

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série turismo).

BOISIER, Sérgio. **Organização Social e Desenvolvimento Regional**. In: Economia Regional: teorias e métodos de análise. Org. Paulo Roberto Haddad. Fortaleza, BNB. ETENE, 1989. 604 p. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo** – Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte e Turismo. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo: retratos de uma caminhada, estratégia e gestão, 1995 – 2002**. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR / Coordenação Geral do PNMT, 2002.

CLEMENTE, Ademir. HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo, Atlas, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). *Site institucional*. Disponível em: <http://www.cnm.org.br> (2007).

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *Os limites do desenvolvimento e do turismo*. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 01, nº 2, pgs. 161 – 171. 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo).

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. *Competitividade e Participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

DANTAS, Ana Lúcia de Faria Lucena. *Atividade turística e os caminhos sustentáveis: um estudo de caso no município de Rancho Queimado, SC*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/disserta99/dantas/index.htm>

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

ELLIOT, Sheryl; MANN, Shaun. *Development, Poverty and Tourism*. Occasional Paper Serie, 2005.

ETUR. Revista de Estudos Turísticos. Edição Nº 22, outubro de 2006. Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=11427>

EWERTON, Marilsa Daguer. *Ecoturismo e sustentabilidade: perspectiva à Reserva Extrativista Marinha de Soure*. Núcleo Socioeconômico. Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Belém - PA, 2007.

FERREIRA, Maurício de C. *Espaço, Regiões e Economia Regional*. In: Economia Regional: teorias e métodos de análise. Org. Paulo Roberto Haddad. Fortaleza, BNB. ETENE, 1989. 604 p. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

KINDLEBERGER, Charles Poo, 1910 -. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976.

GOELDNER, Charles R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** / Charles R. Goeldner, J.R. Brent Ritchie e Robert W. McIntosh; trad. Roberto Cataldo Costa. – 8. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** – 6ª ed. – 2ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

GRUPO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó.** 2006. Disponível para download em: [http://www2.sipam.gov.br/geonetwork/srv/br/metadata.show?id=60] 06 de março de 2008.

HADDAD, Paulo Roberto. **Clusters e desenvolvimento regional no Brasil.** In: Cluster: Revista Brasileira de Competitividade, ano 1, nº 2, agosto/novembro 2001.

HOSHINO, Yuko. Políticas públicas e participação em programas de turismo no município de Soure, PA – análise de política. Belém, 2007. [Dissertação].

IBGE. **Censo Demográfico**, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar**, 2006.

IGNARRA, Luiz Renato. **Turismo Rural e o Estado do Pará.** Apresentação de Palestra proferida em agosto de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Site institucional.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> (2007).

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo.** 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Turismo na Economia.** São Paulo: Aleph, 2004. – (Coleção ABC).

MENDONÇA, Cristiane de Sousa Pinho; CORRÊA, Edilene do Socorro da Silva. **Relatório técnico de viagem. Reavaliação do Roteiro Amazônia do Marajó.** Belém, 17 de setembro de 2007.

PARÁ. **Projeto novo Pará**. Disponível em <http://www.jatene45.com.br/novopara>. Acesso em 25/out/2002.

PARATUR. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará**. 2001.

PARATUR. **Indicadores de Turismo**. Número 46. Belém, 2002.

PARATUR. **Indicadores de Turismo**. Número 49. Belém, 2007.

PARATUR. **Inventário da oferta turística de Soure**. Belém, 2007.

PARATUR. **Inventário da oferta turística de Salvaterra**. Belém, 2007.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2003. CD-ROM.

PROJECTUR/SEBRAE/PARATUR. **Roteirização Turística Amazônia do Marajó: Soure e Salvaterra**. Relatório parcial. Julho, 2005.

PERROUX, François. **Economia Regional. Textos Escolhidos**. Organizador: Jacques Schwartzman. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

SAKAI, Marcia. **Public sector investment in tourism infrastructure**. In: International Handbook on the Economics of Tourism, Dwyer e Forsyth (2006), pp. 266-280.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal: Soure**. Belém, 2008.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal: Salvaterra**. Belém, 2008.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal: Chaves**. Belém, 200.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal: Cachoeira do Arari**. Belém, 200.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. ***Estatística Municipal: Ponta de Pedras***. Belém, 200.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. ***Estatística Municipal: Muaná***. Belém, 200.

SEPOF. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. ***Estatística Municipal: Santa Cruz do Arari***. Belém, 200.

SERRA, Hugo Rogério Hage. ***A Concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA)***. 2007. 162 f .
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia , Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SILVA, Ludimila Lima da. ***A Compensação Financeira das Usinas Hidrelétricas como Instrumento Econômico de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental***. Departamento de Economia. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2008.

SILVA, Jorge Antonio Santos. ***Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbanoregional baseada em cluster***. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes/USP. São Paulo, 2004.

_____. ***A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil***, em Observatório de la Economía Latinoamericana, número 59, 2006. Disponível em:
http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/06/jass-0603.htm#_ftnref1

_____. ***O turismo como atividade econômica: enfoque de demanda versus enfoque de oferta***. Turydes. Vol.1, Nº1, outubro de 2007. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/01/jass.htm> .

SOUZA, Nali de Jesus. ***Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação***. Análise, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005. Disponível em:
[\[http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215\]](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215)

_____. ***Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos***. Revista Perspectiva Econômica. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. ***Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação***. Disponível em:
[<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>]

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. ***Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização***. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.

APÊNDICE

**APÊNDICE A - Dados Demográficos dos Municípios da Microrregião Arari (Pará),
2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra**

Município	Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Área	Densidade demográfica
Cachoeira do Arari (PA)	2000	15.783	5.832	9.951	3.102,10	5,07
	2007	18.995	7.579	11.416	3.102,10	6,12
Chaves (PA)	2000	17.350	1.233	16.117	13.085,30	1,32
	2007	19.368	1.986	17.382	13.085,30	1,48
Muaná (PA)	2000	25.467	7.637	17.830	3.765,50	6,73
	2007	28.796	10.991	17.805	3.765,50	7,65
Ponta de Pedras (PA)	2000	18.694	8.641	10.053	3.365,20	5,53
	2007	24.276	11.189	13.087	3.365,20	7,21
Santa Cruz do Arari (PA)	2000	5.255	2.245	3.010	1.074,70	4,87
	2007	5.921	3.006	2.915	1.074,70	5,51

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

**APÊNDICE B - Habitantes por Unidades Domiciliares dos Municípios da
Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra**

Município	Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes/Unidades Domiciliares
Cachoeira do Arari (PA)	2000	15.783	3.000	5,26
	2007	18.995	4.202	4,52
Chaves (PA)	2000	17.350	2.945	5,89
	2007	19.368	4.122	4,70
Muaná (PA)	2000	25.467	4.613	5,52
	2007	28.796	6.617	4,35
Ponta de Pedras (PA)	2000	18.694	3.710	5,04
	2007	24.276	5.727	4,24
Santa Cruz do Arari (PA)	2000	5.255	967	5,43
	2007	5.921	1.319	4,49

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE C - Indicadores Demográficos dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Indicadores	2000	2007
Cachoeira do Arari (PA)	Razão de Sexo	106,99	107,12
	Taxa de Urbanização	36,95	39,90
	Razão de Dependência
	Índice de Envelhecimento
	Taxa de Incremento Geométrica	-2,12	2,34
Chaves (PA)	Razão de Sexo	115,26	112,34
	Taxa de Urbanização	7,11	10,25
	Razão de Dependência
	Índice de Envelhecimento
	Taxa de Incremento Geométrica	3,12	1,38
Muaná (PA)	Razão de Sexo	110,42	108,93
	Taxa de Urbanização	29,99	38,17
	Razão de Dependência
	Índice de Envelhecimento
	Taxa de Incremento Geométrica	2,07	1,55
Ponta de Pedras (PA)	Razão de Sexo	107,55	107,44
	Taxa de Urbanização	46,22	46,09
	Razão de Dependência
	Índice de Envelhecimento
	Taxa de Incremento Geométrica	1,80	3,32
Santa Cruz do Arari (PA)	Razão de Sexo	106,32	106,97
	Taxa de Urbanização	42,72	50,77
	Razão de Dependência
	Índice de Envelhecimento
	Taxa de Incremento Geométrica	1,89	1,50

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE D - Estabelecimentos Educacionais por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Ano	Graus	Estab. Federal	Estab. estadual	Estab. municipal	Estab. particular	Total
Cachoeira do Arari (PA)	2000	Pré-escolar	14	...	14
		Ensino Fundamental	...	11	46	...	57
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Pré-escolar	47	...	47
		Ensino Fundamental	...	8	48	...	56
		Ensino Médio	...	3	3
Chaves (PA)	2000	Pré-escolar	5	...	5
		Ensino Fundamental	...	6	81	...	87
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Pré-escolar	87	...	87
		Ensino Fundamental	103	...	103
		Ensino Médio	...	1	1
Muaná (PA)	2000	Pré-escolar	5	...	5
		Ensino Fundamental	65	...	65
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Pré-escolar	6	...	6
		Ensino Fundamental	44	...	44
		Ensino Médio	...	1	1
Ponta de Pedras (PA)	2000	Pré-escolar	...	2	16	...	18
		Ensino Fundamental	...	9	79	...	88
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Pré-escolar	67	...	67
		Ensino Fundamental	...	5	73	...	78
		Ensino Médio	...	2	2
Santa Cruz do Arari (PA)	2000	Pré-escolar	...	2	2	...	4
		Ensino Fundamental	...	3	16	...	19
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Pré-escolar	4	...	4
		Ensino Fundamental	...	3	13	...	16
		Ensino Médio	...	1	1

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE E - Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Ano	Graus	Matric. federal	Matric. estadual	Matric. municipal	Matric. Particular	Total
Cachoeira do Arari (PA)	2000	Pré-escolar	429	...	429
		Ensino Fundamental	...	1774	2158	...	3932
		Ensino Médio	...	261	261
	2006	Pré-escolar	1004	...	1004
		Ensino Fundamental	...	1434	2744	...	4178
		Ensino Médio	...	517	517
Chaves (PA)	2000	Pré-escolar	72	...	72
		Ensino Fundamental	...	620	5004	...	5624
		Ensino Médio	...	1499	1499
	2006	Pré-escolar	1004	...	1004
		Ensino Fundamental	5128	...	5128
		Ensino Médio	...	109	109
Muaná (PA)	2000	Pré-escolar	510	...	510
		Ensino Fundamental	6730	...	6730
		Ensino Médio	...	369	369
	2006	Pré-escolar	568	...	568
		Ensino Fundamental	7180	...	7180
		Ensino Médio	...	883	883
Ponta de Pedras (PA)	2000	Pré-escolar	...	327	865
		Ensino Fundamental	...	1554	538	...	5051
		Ensino Médio	...	546	3497	...	546
	2006	Pré-escolar	1460	...	1460
		Ensino Fundamental	...	1587	3144	...	4731
		Ensino Médio	...	967	967
Santa Cruz do Arari (PA)	2000	Pré-escolar	...	135	41	...	176
		Ensino Fundamental	...	1051	1196	...	2247
		Ensino Médio	...	92	92
	2006	Pré-escolar	237	...	237
		Ensino Fundamental	...	821	707	...	1528
		Ensino Médio	...	190	190

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE F - Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino, dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Ano	Graus	Biblio. federal	Biblio. estadual	Biblio. Municipal	Biblio. Particular	Total
Cachoeira do Arari (PA)	2000	Ensino Fundamental	...	2	1	...	3
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental	...	3	3
		Ensino Médio	...	2	2
Chaves (PA)	2000	Ensino Fundamental	...	1	1
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Ensino Fundamental	2	...	2
		Ensino Médio
Muaná (PA)	2000	Ensino Fundamental	1	...	1
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental	2	...	2
		Ensino Médio	...	1	1
Ponta de Pedras (PA)	2000	Ensino Fundamental	...	1
		Ensino Médio	...	1
	2006	Ensino Fundamental	1	...	1
		Ensino Médio	...	1	1
Santa Cruz do Arari (PA)	2000	Ensino Fundamental	...	1	1
		Ensino Médio	...	1	1
	2006	Ensino Fundamental
		Ensino Médio

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE G - Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Ano	Graus	Lab. federal	Lab. estadual	Lab. municipal	Lab. Particular	Total
Cachoeira do Arari (PA)	2000	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental	...	1	1
		Ensino Médio	...	1	1
Chaves (PA)	2000	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
Muaná (PA)	2000	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental
		Ensino Médio	...	1	1
Ponta de Pedras (PA)	2000	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
Santa Cruz do Arari (PA)	2000	Ensino Fundamental
		Ensino Médio
	2006	Ensino Fundamental	2	...	2
		Ensino Médio

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE H - Número de estabelecimentos com vínculo empregatício segundo Setor de Atividade Econômica dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Setor de atividade	2.000	2.003	2.006
Cachoeira do Arari (PA)	Comércio	...	1	1
	Serviços	1	1	2
	Administração Pública	1	1	2
	Agropecuária	4	4	2
	Total	6	7	7
Chaves (PA)	Comércio	1
	Serviços	1	2	2
	Administração Pública	1	2	2
	Agropecuária	12	12	13
	Total	14	16	18
Muaná (PA)	Comércio	...	3	2
	Serviços	2	2	1
	Administração Pública	1	1	2
	Agropecuária	4	7	5
	Total	7	13	10
Ponta de Pedras (PA)	Comércio	3	4	6
	Serviços	2	2	3
	Administração Pública	1	1	2
	Agropecuária	7	12	16
	Total	13	19	27
Santa Cruz do Arari (PA)	Comércio	...	1	...
	Serviços	1	1	1
	Administração Pública
	Agropecuária	4	3	2
	Total	5	5	3

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE I - Estoque de empregos segundo Setor de Atividade Econômica dos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Setor de atividade	2.000	2.003	2.006
Cachoeira do Arari (PA)	Comércio
	Serviços	1	3	8
	Administração Pública	339	408	672
	Agropecuária	28	33	22
	Total	368	444	702
Chaves (PA)	Comércio
	Serviços	10	2	4
	Administração Pública	86	196	312
	Agropecuária	134	133	115
	Total	230	331	440
Muaná (PA)	Comércio	...	3	4
	Serviços	2	4	4
	Administração Pública	253	356	861
	Agropecuária	11	71	14
	Total	266	434	883
Ponta de Pedras (PA)	Comércio	6	8	20
	Serviços	6	3	8
	Administração Pública	415	425	734
	Agropecuária	17	33	39
	Total	444	469	801
Santa Cruz do Arari (PA)	Comércio	...	3	...
	Serviços	1	2	2
	Administração Pública
	Agropecuária	19	11	9
	Total	20	16	11

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE J - Número da população com abastecimento de energia elétrica nos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000, 2003, 2006 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Município	Categoria	2000	2003	2006	2007
Cachoeira do Arari	Residencial	1.041	1.239	1.657	1.756
	Comercial	92	148	140	200
	Industrial	-	-	-	1
	Outros	27	33	42	377
	Total	1.160	1.420	1.839	2.334
Chaves	Residencial	183	289	337	361
	Comercial	29	38	43	47
	Industrial	-	1	1	1
	Outros	21	24	27	37
	Total	233	352	408	446
Muaná					
	Total				
Ponta de Pedras	Residencial	1.526	2.165	2.590	-
	Comercial	185	303	364	-
	Industrial	5	-	-	-
	Outros	35	41	52	-
	Total	1.750	2.509	3.006	-
Santa Cruz do Arari	Residencial	579	780	692	1.005
	Comercial	35	58	56	56
	Industrial	2	4	4	4
	Outros	31	31	77	74
	Total	647	873	1.099	1.139

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008.

APÊNDICE K - Número da população com abastecimento de água nos Municípios da Microrregião Arari (Pará), 2000, 2003, 2006 e 2007, exceto Soure e Salvaterra

Municípios	Categorias	2000	2003	2006	2007
Cachoeira do Arari	Residencial	939	-	672	670
	Comercial	28	-	5	6
	Industrial	-	-	2	2
	Público	-	-	38	35
	Total	967	-	717	713
Chaves	Residencial	-	-	-	-
	Comercial	-	-	-	-
	Industrial	-	-	-	-
	Público	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-
Muaná					
	Total	-	-	-	-
Ponta de Pedras	Residencial	1.489	1.802	1.472	-
	Comercial	14	41	20	-
	Industrial	1	2	-	-
	Público	-	62	47	-
	Total	1.504	1.907	1.539	-
Santa Cruz do Arari	Residencial	750	1.009	770	828
	Comercial	6	8	3	3
	Industrial	-	-	-	-
	Público	-	35	29	30
	Total	756	1.052	802	861

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008.

APÊNDICE L - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000 / Municípios da Microrregião Arari (Pará), exceto Soure e Salvaterra.

Município	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 2000	IDHM, 2000
Cachoeira do Arari (PA)	0,563	0,71	0,766	0,68
Chaves (PA)	0,464	0,71	0,568	0,581
Muaná (PA)	0,514	0,71	0,734	0,653
Ponta de Pedras (PA)	0,51	0,71	0,736	0,652
Santa Cruz do Arari (PA)	0,492	0,664	0,733	0,63

Fonte: PNUD, 2003 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

APÊNDICE M - Produto Interno Bruto a preços correntes e per capita, 2000 e 2005. Municípios da Microrregião Arari (Pará), exceto Soure e Salvaterra.

Município	A preços correntes (1000 R\$), 2000	Per capita, 2000	A preços correntes (1000 R\$), 2005	Per capita, 2005
Cachoeira do Arari (PA)	35.119	2.202	37.468	2.157
Chaves (PA)	51.040	2.942	50.904	2.939
Muaná (PA)	31.030	1.209	44.778	1.634
Ponta de Pedras (PA)	34.229	1.817	41.277	2.057
Santa Cruz do Arari (PA)	14.445	2.733	14.920	2.685

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008

APÊNDICE N - Municípios com participação predominante no setor de serviços, 2005 / Municípios da Microrregião Arari (Pará), exceto Soure e Salvaterra.

Município	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)	Colocação no Estado
Cachoeira do Arari (PA)	39,74	7,77	52,50	106
Chaves (PA)	-	-	-	-
Muaná (PA)	20,13	11,52	68,35	49
Ponta de Pedras (PA)	29,37	8,29	62,34	74
Santa Cruz do Arari (PA)	32,26	13,33	54,42	100

Fonte: Adaptado de SEPOF, 2008.

APÊNDICE O - Indicadores Sintéticos da Desigualdade de Renda, 2000 / Municípios da Microrregião Arari (Pará).

Município	10% mais ricos / 40% mais pobres, 2000	20% mais ricos / 40% mais pobres, 2000	Índice de Gini, 2000
Cachoeira do Arari (PA)	52,46	29,48	0,74
Chaves (PA)	14,4	9,82	0,53
Muaná (PA)	19,85	12,87	0,58
Ponta de Pedras (PA)	21,8	14,96	0,58
Salvaterra (PA)	17,68	11,73	0,56
Santa Cruz do Arari (PA)	23,77	17,32	0,58
Soure (PA)	21,89	14,05	0,6

Fonte: PNUD, 2003 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)